



ESTRATÉGIA
NACIONAL DE
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

ENDS 2015

PORTUGAL

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Dezembro 2006

**Estratégia Nacional
de Desenvolvimento Sustentável
ENDS 2015
e Plano de Implementação**

Título Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável ENDS 2015

Autoria: Agência Portuguesa do Ambiente

Edição: Agência Portuguesa do Ambiente

Data da Edição: Janeiro de 2008

Design gráfico e paginação: JMF – Agência Portuguesa do Ambiente

Impressão: XXXXXXXX

ISBN: XXXXXXXX

Depósito Legal: XXXXXX

Tiragem: 2000 exemplares

ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ENDS 2015
E PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO

Parte I – ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ENDS 2015	9
I. INTRODUÇÃO	11
Enquadramento	11
Processo	11
Desígnio	12
Objectivos	12
Articulação	15
Modelo de Implementação	16
Estrutura do documento	16
II. PORTUGAL – O PONTO DE PARTIDA PARA A DEFINIÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	17
Análise sintética da situação de partida	17
Análise SWOT	19
III. OBJECTIVOS, VECTORES E LINHAS DE ORIENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	25
Metas globais transversais	25
Objectivos	25
1º Preparar Portugal para a “Sociedade do Conhecimento”	26
2º Crescimento Sustentado, Competitividade à Escala Global e Eficiência Energética	29
3º Melhor Ambiente e Valorização do Património	34
4º Mais Equidade, Igualdade de Oportunidades e Coesão Social	40
5º Melhor Conectividade Internacional do País e Valorização Equilibrada do Território	44
6º Um Papel Activo de Portugal na Construção Europeia e na Cooperação Internacional	49
7º Uma Administração Pública mais Eficiente e Modernizada	51
IV. NOTA FINAL	54
Parte II – PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 2015	55
I. PORTUGAL CONTINENTAL	56
Introdução	56
Objectivos	58
1º Preparar Portugal para a “Sociedade do Conhecimento”	58
2º Crescimento Sustentado, Competitividade à Escala Global e Eficiência Energética	65
3º Melhor Ambiente e Valorização do Património	72
4º Mais Equidade, Igualdade de Oportunidades e Coesão Social	82
5º Melhor Conectividade Internacional do País e Valorização Equilibrada do Território	89
6º Um Papel Activo de Portugal na Construção Europeia e na Cooperação Internacional	96
7º Uma Administração Pública mais Eficiente e Modernizada	100
II – A ENDS e os Planos de Desenvolvimento Económico e Social das Regiões Autónomas	104
II.1– A Região Autónoma dos Açores	105
II.2 – A Região Autónoma da Madeira	111

**Estratégia Nacional
de Desenvolvimento Sustentável
ENDS 2015**

Parte – I

I – Introdução

Enquadramento

A procura de um modelo mais sustentável de evolução da sociedade tem constituído preocupação dominante nas últimas décadas face ao conjunto de oportunidades, mas também de ameaças, que afectam o conjunto do tecido social, a estrutura das actividades económicas e o equilíbrio ambiental.

Um desenvolvimento sustentável pressupõe a preocupação não só com o presente mas com a qualidade de vida das gerações futuras, protegendo recursos vitais, incrementando factores de coesão social e equidade, garantindo um crescimento económico amigo do ambiente e das pessoas. Esta visão integradora do desenvolvimento, com harmonia entre a economia, a sociedade e a natureza, respeitando a biodiversidade e os recursos naturais, de solidariedade entre gerações e de co-responsabilização e solidariedade entre países, constitui o pano de fundo das políticas internacionais e comunitárias de desenvolvimento sustentável que têm vindo a ser prosseguidas.

A adopção por Portugal da presente “Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável - ENDS 2015” (ENDS) insere-se numa iniciativa global, iniciada com a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (CNUAD), também designada por Cimeira da Terra, que teve lugar no Rio de Janeiro, em 1992. Com efeito, a Agenda 21, adoptada na CNUAD, incentivou os Estados a adoptarem estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável, como forma de aplicar e desenvolver as decisões da Conferência, corporizadas na referida Agenda 21 e nos designados acordos do Rio (em particular as convenções internacionais para as alterações climáticas e para a diversidade biológica). O apelo à elaboração destes documentos estratégicos, que devem reforçar e harmonizar as políticas nacionais para a economia, as questões sociais e o ambiente, foi reafirmado na Sessão Especial da Assembleia das Nações Unidas de 1997 (Rio+5), na Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, que teve lugar em Joanesburgo, em 2002 (Rio+10) e, mais recentemente, na Cimeira Mundial das Nações Unidas de 2005 (60ª Sessão Plenária da Assembleia Geral), onde os líderes mundiais confirmaram o compromisso com o desenvolvimento sustentável e enfatizaram o contributo primordial das políticas nacionais e das estratégias de desenvolvimento para o alcançar.

Neste sentido, a própria União Europeia adoptou, no Conselho Europeu de Gotemburgo, em 2001, uma Estratégia de Desenvolvimento Sustentável (“Uma Europa sustentável para um mundo melhor: Estratégia Europeia para o Desenvolvimento Sustentável”), em complemento da Estratégia de Lisboa, adoptada em 2000. Esta Estratégia foi revista no Conselho Europeu de 9 de Junho de 2006.

Assim, a presente ENDS foi elaborada de forma compatível com os princípios orientadores da Estratégia Europeia, dando resposta aos seus objectivos chave e aos desafios apontados: “alterações climáticas e energia limpa”, “transportes sustentáveis”, “consumo e produção sustentáveis”, “conservação e gestão dos recursos naturais”, “saúde pública”, “inclusão social, demografia e migração”, “pobreza global e desafios do desenvolvimento sustentável”, sem esquecer políticas transversais como a educação e a formação ou a investigação e desenvolvimento, bem como os instrumentos económicos e de financiamento, que são também apontados na Estratégia Europeia revista.

Processo

Em Portugal, o processo de elaboração da ENDS teve início por iniciativa do XIV Governo Constitucional que, em Reunião do Conselho de Ministros de 7 de Fevereiro de 2002, aprovou aquela que viria a ser a Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2002, de 1 de Março. Aí ficou definido o enquadramento do processo coordenado de elaboração da Estratégia, assegurando o envolvimento dos diversos organismos e serviços da Administração, bem como da sociedade civil. Consequentemente, o então Instituto do Ambiente elaborou uma primeira versão de trabalho do documento.

Posteriormente, o XV Governo Constitucional, em Maio de 2002, aprovou as grandes linhas de orientação da ENDS para efeitos de sujeição a uma primeira discussão pública, que teve lugar em Junho e Julho do mesmo ano. Em Abril de 2003 a condução política do processo foi transferida do então Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente para o Gabinete do Primeiro-Ministro e desencadeou-se o processo de elaboração de um Plano de Implementação da ENDS (PIENDS). Em Janeiro de 2004, para conferir um novo impulso ao processo, foi nomeada uma comissão de especialistas que, em Junho do mesmo ano entregou ao então Primeiro-Ministro uma nova versão da ENDS, bem como um conjunto de contributos para o futuro PIENDS.

Mais tarde, o XVI Governo Constitucional, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 180/2004, de 22 de Dezembro, aprovou para nova discussão pública (que não chegou a ser realizada) os objectivos, vectores estratégicos e linhas de orientação da proposta de ENDS, bem como um procedimento para a elaboração futura do PIENDS e conclusão do processo, que não teve seguimento.

Ao iniciar funções, em Março de 2005, o XVII Governo Constitucional decidiu superar todos os impasses que se vinham acumulando neste procedimento e proceder, finalmente, à conclusão e aprovação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável e do respectivo Plano de Implementação, de modo a pôr termo ao processo iniciado em 2002 pelo XIV Governo Constitucional. Assim, o processo foi relançado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2005, de 30 de Junho, que criou uma Equipa de Projecto mandatada para apresentar uma proposta final e que viria a ser constituída através do Despacho do Ministro da Presidência n.º 20792/2005, publicado em 3 de Outubro de 2005. No seguimento desta iniciativa, uma nova versão da ENDS e do PIENDS foi aprovada na generalidade pelo Governo, a 8 de Junho de 2006, e colocada a discussão pública até 15 de Outubro do mesmo ano. A discussão pública permitiu recolher múltiplos contributos institucionais e individuais, os quais foram considerados pela Equipa de Projecto na elaboração do texto final da ENDS e do PIENDS. De resto, toda a metodologia de elaboração da ENDS e do PIENDS fez apelo à participação dos diversos ministérios e da sociedade civil, com especial destaque para o contributo do Conselho Nacional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CNADS).

A versão final da ENDS, com o respectivo PIENDS, foi aprovada pelo XVII Governo Constitucional na reunião do Conselho de Ministros de 27 de Dezembro de 2006.

A presente Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável é, portanto, o resultado do esforço de conjugação da reflexão iniciada em 2002, e dos documentos e pareceres entretanto produzidos, com as orientações e prioridades actuais em matéria de desenvolvimento sustentável, em particular com a Estratégia Europeia e com o Programa do Governo, bem como com os planos e programas de acção que dele decorrem.

Desígnio

O desígnio integrador e mobilizador adoptado pela ENDS é o de:

Retomar uma trajectória de crescimento sustentado que torne Portugal, no horizonte de 2015, num dos países mais competitivos e atractivos da União Europeia, num quadro de elevado nível de desenvolvimento económico, social e ambiental e de responsabilidade social.

Objectivos

A concretização do desígnio assumido supõe um programa de acção diversificado que aposte na qualificação dos portugueses e no aproveitamento do potencial científico, tecnológico e cultural como suportes de competitividade e coesão; na internacionalização e na preparação das empresas para a competição global; na sustentabilidade dos sistemas de protecção social e numa abordagem flexível e dinâmica dos processos de coesão; na gestão eficiente dos recursos e na protecção e valorização do ambiente, com adopção de soluções energéticas mais eficientes e menos poluentes; na conectividade

do País e na valorização equilibrada do território; no reforço da cooperação internacional e na melhoria da qualidade na prestação dos serviços públicos.

Assim, a ENDS afirma sete objectivos de acção:

- **Primeiro Objectivo: Preparar Portugal para a “Sociedade do Conhecimento”**
Este objectivo incorpora dois sub-objectivos cruciais: acelerar o desenvolvimento científico e tecnológico como base para a inovação e a qualificação; melhorar as qualificações e criar as competências adequadas para um novo modelo de desenvolvimento. Aposta-se, assim, no desenvolvimento do capital humano nacional, que integra a generalização da educação pré-escolar, a melhoria da qualidade dos ensinamentos básico, secundário e superior, a aprendizagem ao longo da vida, a criação de novas competências e o reforço da investigação e desenvolvimento de base científica e tecnológica, e ainda o incentivo ao desenvolvimento cultural e artístico. Este esforço integrado na promoção do capital humano terá repercussões no potencial de inovação das empresas e da sociedade, bem como num cabal desempenho das tarefas de cidadania e de defesa do ambiente, num contexto de crescente complexidade nacional e internacional, condições indispensáveis para que se possam explorar as oportunidades abertas pela evolução para a “sociedade do conhecimento”.
- **Segundo objectivo: Crescimento Sustentado, Competitividade à Escala Global e Eficiência Energética**
Pretende-se um crescimento mais rápido da economia portuguesa, potenciado pelo desenvolvimento de um comportamento responsável por parte dos agentes económicos, que permita retomar a dinâmica de convergência, assente num crescimento mais significativo da produtividade associado a um forte investimento nos sectores de bens e serviços transaccionáveis, o que, para ser compatível com a criação de emprego, exige uma mudança no padrão de actividades do País, num sentido mais sintonizado com a dinâmica do comércio internacional, aproveitando e estimulando as suas possibilidades endógenas.
- **Terceiro objectivo: Melhor Ambiente e Valorização do Património**
Este objectivo visa assegurar um modelo de desenvolvimento que integre, por um lado, a protecção do ambiente, com base na conservação e gestão sustentável dos recursos naturais, por forma a que o património natural seja evidenciado como factor de diferenciação positiva e, por outro, o combate às alterações climáticas que, sendo em si mesmo um desafio para diversos sectores da sociedade, deve ser encarado como uma oportunidade para promover o desenvolvimento sustentável. Tem-se em vista, também, a preservação e valorização do património construído.
- **Quarto objectivo: Mais Equidade, Igualdade de Oportunidades e Coesão Social.**
Este objectivo estratégico visa a garantia da satisfação das necessidades básicas na área da saúde, educação, formação, cultura, justiça e segurança social, de modo a favorecer a qualidade de vida num quadro de coesão, inclusão, equidade e justiça social, bem como de sustentabilidade dos sistemas públicos de protecção social. Visa-se, também, fazer face a novos riscos de exclusão, em particular resultantes da difusão das novas tecnologias de informação e comunicação, que deve ser acompanhada por medidas activas de combate à info-exclusão.
- **Quinto objectivo: Melhor Conectividade Internacional do País e Valorização Equilibrada do Território**
O que se pretende é mobilizar os diversos instrumentos de planeamento com efeitos directos no território, de modo a reduzir o impacto negativo do posicionamento periférico de Portugal no contexto europeu, melhorando ou criando infra-estruturas de acesso eficaz às redes internacionais de transportes e de comunicações, tirando partido da conectividade digital e reforçando as condições de competitividade nacional e regional. Preconiza-e, também, o valorizar do papel das cidades como

motores fundamentais de desenvolvimento e internacionalização, tornando-as mais atractivas e sustentáveis, de modo a reforçar o papel do sistema urbano nacional como dinamizador do conjunto do território.

- **Sexto objectivo: Um Papel Activo de Portugal na Construção Europeia e na Cooperação**
Este objectivo reafirma o compromisso de Portugal com o projecto europeu e compreende a cooperação internacional em torno da sustentabilidade global, envolvendo o aprofundamento do nosso relacionamento externo com algumas regiões de interesse prioritário para a afirmação de Portugal no Mundo. Essa cooperação visa contribuir de forma empenhada para o desenvolvimento económico e social global, para a consolidação e aprofundamento da paz, da democracia, dos direitos humanos e do Estado de Direito, para a luta contra a pobreza e, em geral, para a concretização dos objectivos de desenvolvimento do Milénio, bem como para um ambiente melhor e mais seguro à escala do planeta e, em particular, para a conservação da biodiversidade e a sustentabilidade dos ecossistemas.
- **Sétimo objectivo: Uma Administração Pública mais Eficiente e Modernizada**
Assume-se o propósito estratégico de promover a modernização da administração pública como elemento fundamental para uma governação qualificada e para uma maior eficiência na prestação dos serviços aos cidadãos. Pretende-se, assim, reforçar o contributo da Administração para o desenvolvimento do País, adaptando-a nas suas funções e modelos organizacionais e melhorando a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e às empresas, para uma sociedade mais justa e com uma melhor regulação, bem sustentada num sistema de justiça mais eficaz. Legislar melhor, simplificar os procedimentos administrativos, valorizar as tecnologias da informação e comunicação, adoptar boas práticas no domínio da sustentabilidade são linhas de força essenciais no necessário processo de modernização da administração pública.

Como se pode ver na Figura I, estes sete objectivos respondem de forma equilibrada às três vertentes do desenvolvimento sustentável, assentes no desenvolvimento económico, coesão social e protecção ambiental.



Figura I – Pilares do Desenvolvimento Sustentável

Articulação

Como se vê pela enunciação do desígnio assumido e dos seus sete objectivos principais, a formatação escolhida para a elaboração da ENDS não foi a de desenvolver uma Estratégia que constituísse apenas o pilar ambiental da aplicação da Agenda de Lisboa em Portugal, mas antes garantir a sua aplicação integral, com sustentabilidade económica, social e ambiental, no horizonte mais vasto de 2015. Na verdade, a ENDS enuncia uma estratégia global de referência para a acção para um período mais alargado do que o Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego 2005-2008 (PNACE) e visa articular coerentemente, nesse horizonte temporal alargado, as estratégias nacionais complementares.

A presente ENDS cumpre, assim, a função que é própria das estratégias de desenvolvimento sustentável como referências para as diversas políticas sectoriais ou conjunturais, assumindo um horizonte de longo prazo e corporizando visões integradas do desenvolvimento, bem como uma dimensão internacional, que é hoje exigida pela natureza de muitos dos problemas e desafios em presença.

Nos últimos anos Portugal tem vindo já a assumir, com determinação, o desafio da modernização e da adaptação ao contexto competitivo global em que se quer afirmar, num quadro desenvolvimento económico, social e ambiental sustentável. Por isso, naturalmente que a presente ENDS se articula com as prioridades que têm vindo a ser definidas noutros documentos de orientação política e enquadramento estratégico.

É o caso, como não podia deixar de ser, do documento “Estratégia de Lisboa – Portugal de Novo; Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego 2005 -2008” (PNACE), que constitui o Programa Nacional de Reformas adoptado por Portugal para a aplicação da Estratégia de Lisboa, tal como lançada. Este documento de orientação política consubstancia uma importante agenda de modernização, assente nos pilares da competitividade, da coesão social e da sustentabilidade ambiental.

Por outro lado, em articulação com este programa global, foram aprovados e estão já em implementação outros programas específicos, em particular o Plano Tecnológico, que define uma estratégia nacional de crescimento baseada no conhecimento, na tecnologia e na inovação, e o Plano Nacional de Emprego, que traduz as prioridades de acção no domínio da formação e do emprego.

Diversos outros programas sectoriais foram elaborados ou estão em preparação e visam dar resposta a dimensões fundamentais do desenvolvimento sustentável como a eficiência energética, a gestão integrada da zona costeira, a conservação da natureza e da biodiversidade, a gestão das florestas, o turismo sustentável, bem como a promoção da igualdade de oportunidades, da equidade, da integração das pessoas com deficiência, da igualdade de género e do desenvolvimento cultural. De entre estes programas de acção são de destacar, pelo seu especial contributo para o desenvolvimento sustentável, a Estratégia Nacional para o Mar, o Plano Estratégico para o Desenvolvimento Rural e, de modo muito especial, o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT).

Uma das funções primordiais da presente ENDS, que confirma a sua condição de instrumento de orientação política da estratégia de desenvolvimento do País, é a de se constituir como referencial para a aplicação dos fundos comunitários no período 2007-2013, tendo-se garantido, para este efeito, uma total articulação com as orientações e princípios definidos no Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e nos programas operacionais temáticos e regionais.

Finalmente, refira-se que a presente ENDS não deixará de orientar também a elaboração, a revisão e os termos da implementação dos diversos planos e programas de acção política existentes ou em preparação. Aliás, esses planos e programas prevêm, de um modo geral, mecanismos de participação, avaliação e actualização periódica, assumindo assim um carácter flexível e evolutivo, capaz de responder às novas exigências do processo de desenvolvimento no horizonte de 2015.

Modelo de Implementação

A boa implementação desta ENDS exige uma estrutura operacional de acompanhamento, apoiada por mecanismos de cooperação interdepartamental, bem como procedimentos de avaliação assentes em indicadores de monitorização e progresso.

Assim, o acompanhamento da implementação da ENDS será garantido, no plano técnico, por um grupo de trabalho operacional, a quem caberá elaborar os respectivos relatórios de progresso, bem como assegurar a articulação com a implementação da Estratégia Europeia de Desenvolvimento Sustentável. Por seu turno, a equipa de projecto responsável pela elaboração da ENDS, presidida pelo Coordenador Nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico, manterá a responsabilidade de acompanhar e avaliar superiormente a sua execução da ENDS, assegurando a devida articulação com o processo de implementação dos restantes planos e programas de acção nacional. Para esse efeito, continuará em funcionamento a rede de pontos focais da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico, que integra os diversos ministérios.

Para garantir uma permanente participação da sociedade civil no acompanhamento da implementação da ENDS os relatórios de progresso serão submetidos ao Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS) e objecto de divulgação e discussão com os actores sociais e económicos.

Na implementação da ENDS será sempre tido em consideração que a ambição desta Estratégia é a de constituir não apenas um referencial para as políticas públicas mas sim o quadro estratégico para um processo de desenvolvimento sustentável verdadeiramente nacional, mobilizando e concertando a iniciativa dos cidadãos e dos agentes económicos, sociais e culturais da sociedade civil.

Estrutura do documento

Este documento está organizado em duas Partes. Na Parte I, para além da presente Introdução, explicita-se a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável em dois capítulos. No primeiro Capítulo caracteriza-se a situação de partida em termos qualitativos (análise SWOT) e quantitativos (Indicadores de referência). No segundo Capítulo são desenvolvidos os objectivos enunciados, traduzindo-os em prioridades estratégicas, vectores estratégicos e metas a atingir. Este Capítulo conclui-se com uma nota final que evidencia as sinergias entre as diferentes áreas de intervenção da ENDS. Na Parte II enuncia-se o Plano de Implementação da ENDS para Portugal Continental, baseado na articulação dos instrumentos existentes e contidos em planos de acção global ou sectorial em vigor, sendo também enunciadas as especificidades da aplicação da ENDS nas Regiões Autónomas.

II. Portugal – O ponto de partida para a definição de uma Estratégia de Desenvolvimento Sustentável

Ao longo dos últimos anos têm vindo a ser elaborados trabalhos de diagnóstico da situação portuguesa aos níveis económico, social e ambiental. Tendo presente estes trabalhos e a reflexão proporcionada pela elaboração do presente documento, apresenta-se seguidamente uma análise sintética da situação de partida, complementada por um conjunto seleccionado de pontos fortes, pontos fracos, riscos e oportunidades que constituem pontos de referência para a definição da ENDS.

Análise sintética da situação de partida

- Portugal tem um sério problema de crescimento sustentado da economia por resolver, sem o qual a convergência real com a UE não será retomada em termos satisfatórios. Sem crescimento sustentado não há meios que suportem um desenvolvimento sustentável que proteja o futuro das novas gerações.
- Um crescimento sustentado exige aumentos de produtividade significativos com criação simultânea de empregos, o que só é possível, numa pequena economia aberta, com uma profunda transformação na “carteira de actividades mais expostas à concorrência internacional” em direcção a actividades com maior valor acrescentado e com maior dinâmica de crescimento no comércio internacional. Sem aumentos mais fortes de produtividade Portugal não pode inserir-se numa trajectória de melhores remunerações sem pôr em causa o nível de emprego. Sendo Portugal fortemente dependente do exterior em energia (mais de 85% da energia primária) e apresentando taxas de crescimento da procura de energia superiores ao PIB, o crescimento sustentado pressupõe, também, um aumento significativo da eficiência energética e a substituição da energia primária importada por energias de fontes endógenas.
- No essencial, a obtenção de um maior crescimento exige um forte e melhor investimento privado, nacional e estrangeiro, e a diversificação da oferta de bens e serviços internacionalmente transaccionáveis, beneficiando de forte procura internacional nas próximas décadas.
- Portugal apresenta uma estrutura demográfica envelhecida, que gera diversos efeitos perversos no curto e médio prazo: reduz o impacto do investimento em educação/formação na qualificação da população activa, se esta for centrada apenas nas gerações mais jovens, uma vez que o efeito de substituição inter-geracional é limitado pelo menor peso relativo da população jovem e altera os equilíbrios pré-existentes ao nível dos índices de dependência e de sustentabilidade potencial, colocando em risco a sustentabilidade do Estado Social vigente. Exige-se, por isso, uma atitude pró-activa na adopção de políticas de crescimento demográfico, nomeadamente de compatibilização do emprego com a vida pessoal e familiar, bem como com o desenvolvimento infanto-juvenil e, ainda, de uma política de imigração que compense alguma perda de efectivos ao nível da população activa. Por outro lado, impõe-se o desenvolvimento de políticas de aprendizagem ao longo da vida, de saúde pública, acolhimento e integração social, como formas de combate preventivo ao desemprego de longa duração, à pobreza e à fractura social na sociedade portuguesa.
- Um dos principais obstáculos a um crescimento sustentado encontra-se no nível de habilitações e de qualificação da população activa, resultantes da adopção tardia do ensino obrigatório, em particular do 9º ano de escolaridade. Com efeito, a lei que determinou a escolaridade obrigatória de nove anos, publicada em 1986, estipulava que apenas os alunos que se inscrevessem no primeiro ano do Ensino Básico no ano lectivo 1987/88 seriam obrigados a completar o nono ano de escolaridade, o que só ocorreu no ano lectivo 1995/96. Como consequência, a consolidação dessa obrigatoriedade dá-se, apenas, no final da década de 90, pelo que a repercussão actual dessa medida na qualificação da população activa é reduzida. Acresce que o sistema de educação/formação não

foi capaz de reconquistar um número significativo daqueles que saíram precocemente da escola, no sentido de lhes proporcionar novas oportunidades. Finalmente, os conceitos de “escola para todos” e de “aprendizagem ao longo da vida” não têm tido, entre nós, expressão suficiente. Esta situação é ainda agravada pela elevada fracção de jovens que saem precocemente do sistema escolar, o que reclama uma melhoria significativa da eficiência do sistema de educação e de formação e uma aposta efectiva na aprendizagem ao longo da vida, o que contribuirá também para o incremento de uma cultura de cidadania e de responsabilidade social.

- Outro obstáculo prende-se com uma estrutura social ainda muito marcada pela desigualdade e por relações de dependência resilientes face à protecção social pública, incentivadoras de uma passividade que é necessário superar e substituir por uma cultura de responsabilidade e iniciativa pessoal e empresarial, capaz de tirar partido dos esforços de promoção de uma maior igualdade de oportunidades.
- Um outro importante obstáculo a um crescimento sustentado, num contexto em que a competição internacional se joga crescentemente na economia baseada no conhecimento, é o atraso científico e tecnológico do País, patente no ainda relativamente escasso número de investigadores, na reduzida produção de novo conhecimento e na relativamente baixa penetração das tecnologias de forte base científica, que resultam numa séria limitação da capacidade de gerar novas ideias e de inovar, sendo essencial aumentar o número e diversidade das pessoas com qualificações científicas avançadas, promover a sua participação produtiva em redes de colaboração nos vários sectores de actividade e assegurar a sua qualidade internacional.
- Identificado está, também, um insuficiente desenvolvimento da cultura e das artes, que afasta a sociedade portuguesa dos padrões internacionais e que tem reflexos na economia e no desenvolvimento global harmonioso.
- Não obstante o reduzido crescimento da economia, Portugal tem apresentado um aumento muito significativo nos consumos de energia e de recursos, com destaque para o que resulta do modo de crescimento urbano, que coloca na ordem do dia não só a intensidade do crescimento da economia mas também a qualidade do desenvolvimento. Em particular, regista-se o crescimento das emissões de GEE (gases com efeito de estufa), acima dos limites correspondentes aos compromissos internacionais. Se essas emissões não forem devidamente controladas, os efeitos na economia serão significativos.
- Um crescimento sustentado no futuro implicará, igualmente, rever o modelo de gestão e o padrão de crescimento urbano, que determinou, no passado recente, a maior atractividade económica das actividades baseadas na construção em desfavor das actividades que podem assegurar um aumento significativo da oferta de bens e serviços transaccionáveis.
- Uma alteração do modelo económico de crescimento passa também pelo território, por encontrar soluções inovadoras para as regiões menos desenvolvidas, por ordenar novas formas de urbanismo e novos modos de transportes urbanos, mais eficientes em termos de energia e com menor impacto ambiental, por promover a acessibilidade dos espaços, edifícios e transportes e por “encontrar” a nova cidade e as suas ligações aos espaços rurais, bem como por uma atitude inteligente de protecção e valorização dos recursos naturais e do seu património natural, cultural e artístico.
- Portugal, para oferecer aos cidadãos melhor qualidade de vida e para atrair actividades mais sofisticadas, necessita de apostar na resolução dos problemas ambientais, mas ao mesmo tempo, e mais do que acontece com países europeus de nível de desenvolvimento superior, tem que fazer do esforço de sustentabilidade uma oportunidade de crescimento suportado em actividades geradoras de emprego e inovação.

Em síntese:

- O crescimento sustentado é determinante para o desenvolvimento sustentável. Assim, a opção por um desenvolvimento sustentável aponta para modos de crescimento compatíveis com um processo longo de crescimento sustentado para Portugal.
- A sociedade portuguesa deverá ser capaz de concertar entre si valores que fundamentem as suas acções, ou seja, construir de forma participada um projecto de sociedade mobilizador.

Análise SWOT

Pontos fortes na situação de partida portuguesa

- Um património histórico, cultural, arquitectónico e de relacionamento com áreas emergentes da economia mundial, bem como na esfera da cultura e das artes, criadores e artistas de referência a nível mundial, criando condições sólidas para o desenvolvimento de actividades turísticas e para o intercâmbio com espaços emergentes na economia mundial.
- Uma língua – a língua portuguesa – como factor potencial de organização de um espaço cultural e económico de importância mundial.
- O acesso a um espaço oceânico que abre múltiplas oportunidades para actividades científicas e tecnológicas (ligadas às ciências do mar), económicas e turísticas (vd. cruzeiros, pesca, vela, desportiva, mergulho, etc).
- Posicionamento geográfico central em relação às rotas internacionais de pessoas e mercadorias, de que decorre um potencial logístico relevante.
- Capacidade de liderança mundial e imagem de credibilidade em certos sectores estratégicos, potenciadora de maior protagonismo internacional.
- Elevado nível de segurança, traduzido em baixos níveis de criminalidade, cujo decréscimo geral, aliado à contenção das formas de delinquência violentas e organizadas, confere a Portugal um estatuto especialmente favorável.
- Grande diversidade de património natural e riqueza em biodiversidade ao nível europeu.
- Uma das mais elevadas taxas de produção primária florestal da Europa.
- Condições climáticas e paisagísticas favoráveis à atracção de pessoas e actividades e ao desenvolvimento turístico.
- Existência de recursos geológicos favoráveis à redução da dependência externa de Portugal em matérias-primas não energéticas.
- Integração numa zona de estabilidade cambial, como é a zona Euro, contribuindo para a adopção de políticas de consolidação orçamental e para a revisão de prioridades nas despesas públicas e no seu modo de financiamento.
- Concretização de um processo de reformas estruturais, enquadrado num esforço comum a nível da União Europeia, que lhe dá maior base consensual interna, patente na elaboração do PNACE (Programa Nacional de Acção para o Crescimento e Emprego).
- Nível de despesa pública na educação básica e secundária, que em termos relativos, e para o conjunto dos graus de ensino, se situa em níveis elevados no seio da UE, permitindo um salto significativo no nível de escolarização, tendo em conta o ponto de partida, sem esquecer a necessidade de tirar deste investimento uma maior rentabilidade.

- Existência de um conjunto desenvolvido de recursos físicos e humanos de suporte às políticas de emprego e de formação profissional que permite potenciar a acção nesses domínios.
- Existência de pólos de I&D de qualidade internacional em áreas que podem ser úteis, já no curto e médio prazo, para apoiarem a diversificação de actividades – robótica, automação e visão computacional, tecnologias de informação e comunicação, ciências da saúde, biologia molecular, biotecnologia e química fina, polímeros, física tecnológica e instrumentação, dinâmica não-linear, ciências sociais e humanas.
- Evolução favorável na cobertura do País pelas redes de telecomunicações e uma forte dinâmica empresarial neste sector e nos sectores afins, incluindo uma presença significativa em mercados externos.
- Lançamento de um conjunto inovador de iniciativas para a Sociedade de Informação, como os espaços Internet, campus virtuais, internet nas escolas, biblioteca do conhecimento online, cidades e regiões digitais, compras públicas electrónicas, governo electrónico, rede solidária, acessibilidade electrónica, etc.
- Clara disponibilidade manifestada pelos portugueses para rapidamente se tornarem utilizadores das tecnologias da informação, nos mais variados campos da sua aplicação.
- Melhoria muito significativa das acessibilidades no interior do país e com Espanha, assente no modo rodoviário, que facilitou a consolidação de uma rede de cidades no contexto nacional.
- Existência de um sistema desenvolvido de redes de distribuição que não só assegura uma cobertura nacional de qualidade como abre uma boa oportunidade de internacionalização, criando canais de escoamento aos produtos de origem nacionais.
- Quadro normativo da área do ambiente exigente e actualizado, em larga medida devido à integração no espaço comunitário.
- Existência de um quadro de instrumentos de ordenamento de território que permite introduzir factores de racionalidade nas decisões de ocupação de espaço.

Pontos fracos na situação de partida portuguesa

- Fraca produtividade resultante da interacção de quatro factores principais: padrão de actividades dominante no País; baixas habilitações e qualificações da população; posição ocupada pelas empresas que exportam a partir de Portugal nas cadeias de valor das actividades globais em que se inserem; deficiências organizativas, quer internas às empresas quer resultantes da insuficiente organização em rede das actividades em Portugal.
- Um padrão de actividades “internacionais”, onde se incluem indústrias baseadas na intensidade do trabalho e nas baixas qualificações, com fraca incorporação de inovação e conhecimento e baixos níveis de investimento em I&D: vestuário, calçado, cablagens etc.; na combinação de recursos naturais com reservas de expansão limitadas e baixas qualificações do trabalho – madeira, cortiça, papel, cerâmicas - e em serviços baseados em recursos naturais e baixas qualificações – nomeadamente o turismo “sol-praia”, visto como oferta isolada.
- Uma orientação de mercado das exportações portuguesas concentrada numa única macro-região da economia mundial – a Europa Continental e a zona Euro, com especial incidência na Espanha – que não se afigura como uma das de maior crescimento no futuro.
- Uma séria dificuldade na atracção de investimento directo estrangeiro, o qual poderia contribuir para o enriquecimento da “carteira de actividades” exportadoras do País devido à convergência de diversos factores, designadamente: posição geográfica periférica, sem tirar partido das infra-estruturas de internacionalização e dos serviços associados que a compensem; deficiente qualificação de base da população activa; peso da burocracia e da regulamentação em várias áreas.

- Sector da cultura e das artes frágil quer na comparação nacional com os demais sectores, quer em termos europeus, quer em termos internacionais.
- Uma estrutura empresarial e de qualificações com altos défices e vulnerabilidades em termos de trinómio “crescimento sustentado, competitividade e emprego”, com persistência de um modelo dominante de desenvolvimento assente em actividades de baixo valor acrescentado e fraca incorporação de inovação e de conhecimento, bem como baixos níveis de investimento em I&D, onde a formação e as TIC apresentam um grau de disseminação diminuto.
- Um ensino obrigatório com elevados índices de insucesso escolar, que promovem a saída precoce do sistema educativo. Estes índices de insucesso são ainda mais acentuados no ensino secundário cuja atractividade é reduzida para os estudantes que não pretendem prosseguir estudos superiores.
- Uma expressão ainda muito insuficiente de formação profissionalizante e de índole tecnológica no ensino secundário, dando origem a dificuldades de empregabilidade para os alunos que não prosseguem estudos no ensino superior.
- Uma reduzida formação de engenheiros e outros profissionais de áreas tecnológicas, que acompanha um crescente desinteresse dos jovens pelas áreas científicas, e que limita a capacidade de atrair actividades mais exigentes em competências tecnológicas.
- Uma persistente incapacidade de ajustar a oferta e procura de mão-de-obra qualificada, coexistindo a procura de competências técnicas sem resposta adequada no sistema de ensino (e que permitiria a requalificação de jovens e adultos com níveis pouco elevados de escolaridade) com a produção significativa de quadros qualificados sem procura no mercado de trabalho.
- Uma grande intensidade energética da economia que, não obstante a redução de importância dos sectores industriais pesados continuou em patamares elevados, devido ao acréscimo dos consumos de transporte individual e do sector residencial e dos serviços, responsável pelo aumento significativo das emissões de GEE (gases com efeito de estufa), implicando grandes dificuldades no cumprimento dos compromissos assumidos com a UE e a nível internacional, que se podem traduzir em fortes penalizações financeiras e no estrangulamento do desenvolvimento. A este consumo associa-se uma elevada dependência energética do exterior, Portugal depende em mais de 85% de fontes exteriores de energia primária, num ambiente de forte aumento dos preços da energia primária, com um impacto muito negativo na economia.
- Um modelo de mobilidade assente sobretudo no modo rodoviário, especialmente em formas de utilização individual, com forte carga simbólica, causando impactos fortemente negativos no ambiente e na qualidade de vida e gerando, devido ao congestionamento, necessidades permanentes de novos investimentos em infra-estruturas, e contribuindo também para o aumento muito significativo das emissões de GEE.
- Um sector empresarial do Estado com um núcleo importante no sector dos transportes, que, sem contractualização do serviço público prestado, vai gerando sistematicamente défices e tem dificuldade em promover uma oferta competitiva e ambientalmente mais sustentável.
- Uma elevadíssima dependência energética do exterior, que aumenta a vulnerabilidade em matéria de aprovisionamento energético.
- Um equipamento em infra-estruturas de transporte de mercadorias e pessoas com dificuldade de integração nas principais rotas internacionais (referência aos portos de águas profundas e aeroportos internacionais), acentuando os efeitos negativos de uma posição periférica na Europa.
- Excessiva segmentação sectorial que dificulta o ajustamento em rede das respostas dos sectores sociais, de modo articulado e dinâmico.
- Insuficiente cultura de planeamento estratégico transversal aos sectores e às regiões.

Riscos que podem dificultar a melhoria da situação de partida portuguesa

- Perda de credibilidade internacional por falta de cumprimento dos compromissos internacionais assumidos.
- Maior abertura dos mercados da UE aos países asiáticos, devido a acordos internacionais e ao interesse das multinacionais europeias em explorar as oportunidades desses mercados, nomeadamente no caso da China.
- Dificuldades adicionais na captação de IDE resultantes da presença no interior da União Europeia de novos Estados Membros com melhores condições em termos de qualificação de mão-de-obra, custos do trabalho, níveis de protecção social aceites pela população e, por vezes, posição geográfica.
- Alteração do mercado energético com consequências no agravamento do défice comercial externo do País e nas pressões inflacionistas internas.
- Evolução demográfica, marcada pelo envelhecimento da população que terá tendência a agravar os custos dos sistemas de saúde e segurança social.
- Limitações possíveis no espaço da UE ao principal modo de transporte de mercadorias do comércio intracomunitário de Portugal – o meio rodoviário.
- Potencial crescimento do desemprego com origem nomeadamente no inevitável processo de reestruturação e deslocalização nas indústrias mais trabalho intensivas, atingindo mão-de-obra em faixas etárias e com níveis de escolaridade que tornam difícil a sua reintegração no mercado de trabalho.
- Acumulação de factores – da saída precoce do sistema escolar ao desemprego de longa duração e dificuldades de integração de população imigrante – que podem contribuir para aumento de exclusão social.
- Enfraquecimento da posição do país em termos culturais e artísticos, nomeadamente face aos países que mais recentemente aderiram à UE.
- Elevada fixação fora do país de quadros portugueses altamente qualificados e incapacidade de aproveitamento de recursos humanos qualificados de origem estrangeira.
- Desigualdades sociais acentuadas e elevado nível de pobreza não só de excluídos do mercado de trabalho como também de uma parte dos trabalhadores menos qualificados.
- Prosseguimento de um crescimento urbano extensivo e muitas vezes sem a qualidade estética e ambiental desejáveis, comprometendo recursos naturais, qualidade de vida das populações e atractividade do território.
- Permanência de uma aposta no turismo de massas, pouco diversificado, com risco de impacto negativo no ambiente e nos recursos naturais, em particular no litoral.
- Afectação excessiva de espaços ao turismo afluente, com risco de consumo excessivo de recursos naturais.
- Risco de incêndio, associado às alterações climáticas, a espaços florestais pouco resistentes e resilientes aos incêndios, ao despovoamento, à estrutura de propriedade ou a uma deficiente infra-estrutura de defesa contra incêndios, com fortes implicações nos riscos associados ao investimento no sector florestal e à protecção e conservação de valores naturais.
- Possível abandono da actividade agrícola provocando a perda do potencial endógeno de desenvolvimento e a desertificação de território.
- Poluição das águas de superfície e subterrâneas e aproveitamento ineficiente das reservas de água, nomeadamente quando as perspectivas associadas às alterações climáticas apontam para maior frequência de situações de seca e escassez de recursos hídricos, sobretudo nas áreas naturalmente mais secas e com maior pressão sobre esses recursos.
- Concentração excessiva do desenvolvimento do sector público empresarial na área do ambiente (água e resíduos) com multiplicação de iniciativas de regulamentação.

- Vulnerabilidade – no longo prazo – da extensa orla costeira, devido à ocupação desordenada e intervenções humanas que se têm provocado elevados níveis de erosão, e de instabilidade das formações costeiras e degradação da paisagem.
- Riscos naturais em algumas regiões, designadamente sismicidade, cheias e secas, estes dois últimos sujeitos ainda a factores de maior imprevisibilidade decorrente do processo de alterações climáticas.

Oportunidades que podem impulsionar uma evolução mais favorável para o desenvolvimento

- Consolidação de um modo de organização das empresas líder a nível mundial que alimenta um processo de outsourcing para diversos locais do mundo de um número crescente de actividades, das mais simples às mais complexas, abrindo oportunidades à localização de novas actividades em Portugal.
- Multiplicação das actividades de serviços que à escala mundial se deslocalizam para regiões que combinam características naturais, ambientais, culturais e de disponibilidade de recursos humanos qualificados.
- Intensificação dos fluxos de turismo resultantes da procura de espaços residenciais em localizações com clima ameno, qualidade ambiental e paisagística, condições de segurança e bons serviços de saúde por parte de sectores com elevado poder de compra da população europeia.
- Criação de ofertas turísticas que se caracterizem pela promoção das acessibilidades dos edifícios e respondam às necessidades específicas dos turistas com mobilidade reduzida, incapacidades ou deficiência (turismo acessível).
- Existência de uma rede de infra-estruturas construídas nas últimas décadas e de recursos humanos crescentemente mais qualificados, embora em número ainda insuficiente, que tornam o país mais atractivo e com maiores capacidades de desenvolvimento endógeno.
- Facilidade de atracção de imigrantes com níveis de qualificação superiores à média portuguesa, o que permite a adopção de estratégias de captação selectivas e adequadas ao desenvolvimento das actividades, que fortalecem a competitividade do país.
- Disponibilidade de vastos espaços territoriais com baixa densidade populacional que os tornam atractivos para um conjunto de actividade (da aeronáutica e serviços associados às energias renováveis).
- Possibilidades de reforço da cooperação no espaço dos países de língua portuguesa e de aproximação a países asiáticos com ligações históricas a Portugal.
- Possibilidade de reforçar a participação e liderança de Portugal nos fora de discussão mundial, em particular junto da UE, OCDE e Nações Unidas.
- Proximidade de uma bacia energética em forte crescimento na África Ocidental, abrindo eventualmente oportunidades na área dos serviços e da manutenção industrial.
- Possibilidade de estreitamento de relações privilegiadas com regiões fortemente inovadoras dos EUA, Europa do Norte e Ásia, que contribuam para um reforço do IDE em direcção a Portugal.
- Oportunidades de alargamento de mercado às empresas até agora mais viradas para o mercado interno, no espaço de proximidade que é a economia de Espanha.
- Potencial em energias renováveis elevado: incluindo energia hídrica, energia eólica, energia das marés, das ondas e das correntes, bio-energia e energias solares.
- Oportunidades de exploração de novas fronteiras nas áreas energéticas, participando em redes de I&D envolvidas na investigação e desenvolvimento.
- Existência de empresas interessadas em incrementar o aproveitamento dos recursos geológicos não energéticos, tirando partido das elevadas cotações que os mercados internacionais têm registado, e que se prevê que se venham a manter nos próximos anos.

Lista de indicadores

Última actualização: 16 Nov. 2005											
Portugal		1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Indicadores económicos gerais	PIB per capita em Paridades de Poder de Compra (UE 25 = 100)	75,4	75,4	76,6	78,1	80,1	81,2	80,5	80,1	77,8	76,4
	Produtividade do trabalho por pessoa empregada (UE 25 = 100)	69,3	68,7	69,5	70,3	71,8	72,7	72,3	72,0	70,6 c	69,8
Emprego	Taxa de crescimento do emprego	:	:	:	:	1,9	1,8	1,6	0,5	-0,4 c	0,1
	Taxa de emprego (15-64 anos)	63,7	64,1	65,7	66,8	67,4	68,4	69,0	68,8	68,1	67,8
	Taxa de emprego dos idosos (55-64 anos)					50,1	50,7	50,2	51,4	51,6	50,3
	Taxa de emprego (mulheres)					59,4	60,5	61,3	61,4	61,4	61,7
	Idade média efectiva de saída do mercado de trabalho								61,9	63,0	62,1
	Taxa de Activação dos Desempregados de Longa Duração										32,4
Aprendizagem ao longo da vida	Nível educacional dos jovens (% de jovens dos 20 aos 24 que completaram o nível secundário)					49,1	42,8	43,5	44,2	47,7	49,0
	Participação em educação e formação (25-64 anos)					3,4	3,4	3,4	2,9	3,7	4,8
	Saída escolar precoce (18-24 anos)					44,9	42,6	44,0	45,1	40,4	39,4
	Taxa de Cobertura de crianças dos 0-3 anos com serviços de cuidados a crianças						20,4	21,1	21,5	21,5	
	Taxa de cobertura de crianças dos 3-5 anos, com serviços de cuidados a crianças							65,3	66,3	70,6	
Inovação e investigação	Despesa em I&D em % do PIB	0,6	:	0,6	:	0,7	:	0,9	0,8	0,8	:
	Nível de educação atingido pela população jovem	45,1	46,2	47,1	39,3 a	40,1	42,8	43,5	44,2	47,7	49,0
Reforma económica	Níveis de preços relativos e convergência de preços	74,8	75,4	74,4	74,5	74,3	73,4	74,6	76,2	79,5 d	:
	Investimento das empresas em % do PIB	19,2	19,3	21,3	23,0	23,2	23,4	22,7	21,1	19,0	18,3
Coesão social	Desigualdade na distribuição do rendimento	7,4	6,7	6,7	6,8	6,4	6,4	6,5	7,3	7,4	
	Taxa de pobreza depois das transferências sociais	23,0	21,0	22,0	21,0	21,0	21,0	20,0	20,0	19,0	:
	Dispersão regional da taxa de emprego	:	:	:	:	3,6	4,3	3,5	3,8	3,9	3,5
	Desemprego de longa duração (12 e mais meses) em % da população activa (15 e mais anos)	3,1	3,3	3,2	2,2	1,8	1,7	1,5	1,7	2,2	3,0
Ambiente	Emissões de gases de efeito de estufa baseados nos equivalentes de CO2 (1990=100)	117,2	113,0	118,6	126,9	139,4	135,0	136,8	144,3	136,7	:
	Intensidade energética da economia	237,3	228,6	233,2	239,2	247,4	241,5	243,9	254,7	251,3	:
	Índice do volume de transporte de mercadorias, por unidade do PIB (1995=100)	100,0	116,3 b	120,9	116,7	116,3	115,4	125,7	124,5	118,3 e	:
a - quebra de série; b - estimativa do Eurostat; c - previsão; d - valor provisório; e - valor estimado											

III – Objectivos, vectores e linhas de orientação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável está organizada em torno dos seguintes sete objectivos:

1. Preparar Portugal para a “Sociedade do Conhecimento”
2. Crescimento Sustentado, Competitividade à Escala Global e Eficiência Energética
3. Melhor Ambiente e Valorização do Património
4. Mais Equidade, Igualdade de Oportunidades e Coesão Social
5. Melhor Conectividade Internacional do País e Valorização Equilibrada do Território
6. Um Papel Activo de Portugal na Construção Europeia e na Cooperação Internacional
7. Uma Administração Pública mais Eficiente e Modernizada

Seguidamente, apresentam-se para cada um destes sete objectivos:

- As Prioridades Estratégicas – correspondem às áreas em que se considera dever concentrar as acções com vista a atingir cada um dos objectivos.
- Os Vectores Estratégicos – representam os rumos prioritários de actuação em cada uma das prioridades estratégicas, que se consideraram cruciais para obter as transformações desejadas. Serão concretizadas por acções e medidas a detalhar no PIENDS.
- As Metas – identificam, em termos quantitativos, os principais resultados que se espera atingir, em consequência da concretização dos vectores estratégicos.

O elenco exaustivo das acções e medidas que dão substância aos vectores estratégicos e que visam concretizar as metas serão objecto de desenvolvimento no PIENDS. No entanto, e desde já, enunciam-se na ENDS, no final de cada objectivo, as principais metas que permitirão indicar, em grandes traços, a direcção final da ENDS.

Por outro lado, são definidas três grandes metas globais transversais, relativas às três grandes dimensões da Estratégia: económica, social e ambiental.

Metas globais transversais

Colocar Portugal em 2015:

1. Num patamar de desenvolvimento económico mais próximo da média europeia.
2. Entre os primeiros vinte países do Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).
3. Com um défice ecológico global inferior ao actual.

III.1. Primeiro objectivo

Preparar Portugal para a “Sociedade do Conhecimento”

A qualificação dos recursos humanos é crucial para que a economia e a sociedade portuguesas assegurem um crescimento sustentado num futuro próximo. Dessa forma, a estratégia de qualificação deve responder simultaneamente a dez exigências iniciais:

- Generalizar a educação pré-escolar às idades dos 3 a 5 anos por forma assegurar a entrada precoce no sistema educativo, promovendo a participação das crianças num ambiente estimulante, contribuindo para uma efectiva igualdade de oportunidades para todos.
- Promover um ensino básico de elevada qualidade, nomeadamente no primeiro ciclo, proporcionando aos alunos um conjunto de actividades – curriculares e extra-curriculares – que dêem resposta à sua natural curiosidade, criatividade e gosto pela experimentação, reduzindo drasticamente o insucesso escolar no ensino obrigatório, através do lançamento de bases sólidas, desde os primeiros anos de escolaridade. Elevar a atractividade do ensino secundário, pela diversificação das ofertas formativas, introduzindo uma flexibilidade que permita dotar com bases sólidas de conhecimento, em áreas fundamentais como o Português, a Matemática, a Física e o Inglês, quer os que queiram prosseguir os estudos no ensino superior quer os que queiram optar pela inserção imediata no mercado de trabalho, e reforçando a atractividade das áreas tecnológicas. Reduzir drasticamente o insucesso escolar no ensino secundário.
- Alargar as oportunidades de acesso à educação e à formação no quadro da aprendizagem ao longo da vida (ALV), para quem queira retomar estudos do ensino básico, secundário ou de grau superior, ou completar a sua base de conhecimentos e competências profissionais, tendo em conta uma maior empregabilidade, ou ainda explorar novas orientações para a sua actividade profissional, assegurando uma oferta competitiva de formações devidamente certificadas.
- Atrair jovens para o ensino superior em geral, especialmente nos cursos de índole tecnológica, promover o reforço da formação em matérias fundamentais que assegurem a preparação dos licenciados para as mudanças exigidas na sua actividade profissional ao longo da vida, e incentivar um maior relacionamento entre as instituições de ensino vocacionadas para o ensino de elevada qualidade com as instituições direccionadas à investigação, bem como com as do mercado de trabalho.
- Antecipar os desafios através de uma avaliação das necessidades futuras do mercado de trabalho e das correspondentes exigências de perfis profissionais.
- Aumentar o número de investigadores em Portugal, o investimento em I&D público e privado, o emprego científico em ambos os sectores, a educação e a cultura científica e tecnológica.
- Promover o uso efectivo das TIC e uma sociedade da informação inclusiva.
- Reforçar a educação para a cidadania, em particular através da educação para o desenvolvimento, enquanto condição necessária a uma “governança responsável” à escala nacional e global e ao reforço da cooperação entre o Estado e a sociedade civil, indispensáveis a um desenvolvimento sustentável.
- Reforçar a componente cultural, artística e desportiva nos processos de ALV.
- Reforçar as competências de gestão e direcção dos sectores público, privado e de economia social.

Tendo em conta as orientações atrás referidas foram seleccionados as seguintes Prioridades Estratégicas:

Prioridades Estratégicas	Vectores Estratégicos
III.1.1. Consolidação do ensino básico e expansão da educação e formação de nível secundário, garantindo a melhoria da qualificação de base	<ol style="list-style-type: none"> 1. Expansão da educação pré-escolar, ao serviço da igualdade de oportunidades. 2. Melhoria da eficiência do ensino básico e secundário e combate à saída precoce do sistema de ensino. 3. Melhoria dos resultados escolares em áreas chave do conhecimento e da socialização. 4. Aposta nas vias profissionalizantes e tecnológicas do ensino secundário e diversificação das ofertas formativas. 5. Difusão das tecnologias de informação como suporte à modernização dos métodos de ensino. 6. Reforço da educação para a cidadania e mobilização dos jovens para o desenvolvimento sustentável.
III.1.2. Dinamização da aprendizagem ao longo da vida (ALV), aumentando os níveis habilitacionais e de qualificação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Diversificação das oportunidades e/ou inovação nas metodologias para a formação ao longo da vida (ALV) e melhoria do sistema de reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC). 2. Desenvolvimento de acordos dirigidos à partilha de custos e responsabilidades entre as várias partes envolvidas na ALV, encorajando as iniciativas dos indivíduos e das empresas. 3. Formação articulada com o investimento na diversificação de actividades e nas alterações dos processos tecnológicos.
III.1.3. Melhoria da qualidade e estímulo à mobilidade no ensino superior	<ol style="list-style-type: none"> 1. Reorganização do ensino superior na lógica da procura da excelência e internacionalização e da aprendizagem ao longo da vida. 2. Expansão selectiva das instituições do ensino superior para apoio à atracção de novas actividades. 3. Formação avançada em ciência, tecnologia e gestão.
III.1.4. Aceleração do desenvolvimento científico e tecnológico	<ol style="list-style-type: none"> 1. Integração do sistema científico e tecnológico nacional no espaço europeu de investigação. 2. Promoção de redes temáticas de C&T, articulando as instituições de I&D em torno de novos desafios científicos e tecnológicos. 3. I&D para apoiar o enriquecimento da “carteira de actividades internacionalizadas” do país.
III.1.5. Mobilização da sociedade para uma maior criatividade artística e cultural	<ol style="list-style-type: none"> 1. Inserção da cultura e das artes nos processos de ensino e de aprendizagem. 2. Mobilização de meios para apoio à criação artística e cultural e à sua difusão.

Primeiro objectivo – Metas

- Aumentar a % da população com ensino secundário (grupo etário 20-24 anos - atingir 65% até 2010).
- Aumentar a frequência no pré-escolar: crianças de 5 anos (atingir 100% até 2009); crianças entre 3 e 5 anos (atingir 90% até 2010); crianças entre 0 e 3 anos abrangidas por serviços de cuidados a crianças (atingir 30%, em 2008 e 35% em 2010).
- Reduzir o insucesso escolar nos ensinos básico e secundário (para metade até 2009).
- Generalização do ensino experimental de ciências no ensino básico e secundário (atingir 100% dos alunos do básico e 100% dos alunos do secundário).
- Generalização do ensino do inglês no 1º ciclo do ensino básico (atingir 100% dos alunos do 1º ciclo do ensino básico, em 2009).
- Aumentar o nº de jovens em cursos técnicos e profissionais de nível secundário (abranger 365 mil até 2008 e 650 mil até 2010).
- Multiplicar o número de computadores nas escolas (atingir a proporção média de um computador por cada 5 estudantes até 2010).
- Aumentar a percentagem de participação da população dos 25-64 anos em acções de educação/formação (12,5 até 2010).
- Aumentar o nº de activos qualificados através de cursos de educação e formação ou do reconhecimento, validação e certificação de competências (atingir 435 mil activos até 2008 e 1 milhão de activos até 2010).
- Atingir 300 Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências em 2008 e 500 Centros até 2010.
- Atingir por ano 25 000 Estágios Profissionais para recém qualificados até 2009.
- Aumentar o fluxo de novos graduados em C&T na população com idades entre 20 e 29 anos (atingir a permilagem de 12 em 2010).
- Duplicar o investimento público em I&D (atingir 1% do PIB até 2010).
- Fazer crescer o número de novos doutoramentos em C&T em permilagem da população entre os 25 e 34 anos (para 0,45 em 2010).
- Aumentar o número de Investigadores (ETI) na população activa (atingir a permilagem de 6 em 2010).
- Aumentar o pessoal total (ETI) em I&D, em permilagem de população activa (para 7,5 em 2010).
- Aumentar o número de publicações científicas em revistas referenciadas, segundo o ISI (Institute of Scientific Information) (para 650 por milhão de habitantes em 2010).
- Ter como meta de referência 1% do orçamento do Estado para a despesa cultural.

III.2. Segundo Objectivo

Crescimento sustentado e competitividade à escala global

Portugal tem que proceder a uma profunda transformação da sua “carteira de actividades” internacionalmente competitiva e combinar actividades que exijam recursos humanos qualificados para retomar um crescimento sustentado.

As **sete exigências estruturais** para responder a este objectivo são:

- Aumentar o emprego e a produtividade nas indústrias voltadas para a competição internacional e diversificar as actividades para segmentos e sectores que permitam obter produtividades superiores à média actual.
- Reforçar o peso dos bens e serviços transaccionáveis e susceptíveis de concorrer no mercado internacional, quer os que exigem qualificações tecnológicas, quer os que se baseiam numa elevada capacidade na área da engenharia, da gestão ou das artes.
- Introduzir uma maior competição dos serviços tradicionalmente protegidos da concorrência internacional, a fim de obter maior eficiência, contendo as despesas com a sua prestação e reduzindo a parte da formação de capital fixo que absorvem, permitindo outro direccionamento dos investimentos.
- Assegurar a gestão do património histórico e cultural em equilíbrio dinâmico com a criação, como um valioso recurso para o crescimento económico, diversificação de actividades e desenvolvimento sustentado.
- Utilizar de forma sustentável os recursos naturais, aproveitando o potencial endógeno nacional, incluindo as potencialidades no domínio agro-florestal e dos recursos geológicos e mineiros, promovendo a eficiência energética e diversificação das fontes, nomeadamente pela aposta nas energias renováveis e a captura e fixação de CO₂ e promovendo a dissociação do crescimento económico do consumo de recursos naturais e da degradação ambiental.
- Imprimir um novo impulso à inovação, apoiando a entrada no mercado de produtos e serviços inovadores (incluindo o desenvolvimento de produtos e serviços com marca própria), captando IDE de base tecnológica como veículo de difusão da tecnologia baseado no desenvolvimento da capacidade de C&T do país e na nova geração de empresas inovadoras, intensificando os investimentos em I&D pelas empresas e prosseguindo o alargamento do número de empresas com actividades de I&D.
- Promover uma cidadania moderna em que as TIC são um instrumento normal de acesso à informação, à educação, ao trabalho cooperativo e à discussão pública e utilizar as TIC para organizar em rede a oferta de bens e serviços, assegurando às empresas maior presença nos mercados internacionais.

Podem distinguir-se nesta evolução da “carteira de actividades” três níveis diferenciados:

- Actividades que contribuam para aumentar a produtividade da economia e gerem emprego qualificado – o que numa pequena economia aberta significa actividades com forte crescimento no comércio internacional e que tenham produtividades superiores à média do País; de preferência combinando actividades numa fase ascendente ou numa fase madura do seu “ciclo de vida”, mas ainda em processo de deslocalização, com actividades ainda na fase inicial desse ciclo, ou seja com longo “tempo de vida dinâmica” à sua frente.

- Actividades que contribuam para aumentar a produtividade em sectores que estão em processo inevitável de perda de emprego, por forte competição internacional de economias com menor custo de mão-de-obra, são exemplos deste nível: a moda; os têxteis e os plásticos técnicos; a agricultura de especialidades.
- Actividades que possam contribuir para gerar emprego, sem grandes exigências de qualificação, e sem um contributo substantivo para o crescimento da produtividade, como por exemplo, algumas actividades ligadas ao acolhimento de eventos e de actividades de empresas e instituições multinacionais; os serviços prestados à distância; os serviços de proximidade, pessoais e urbanos são exemplos deste tipo de actividades.

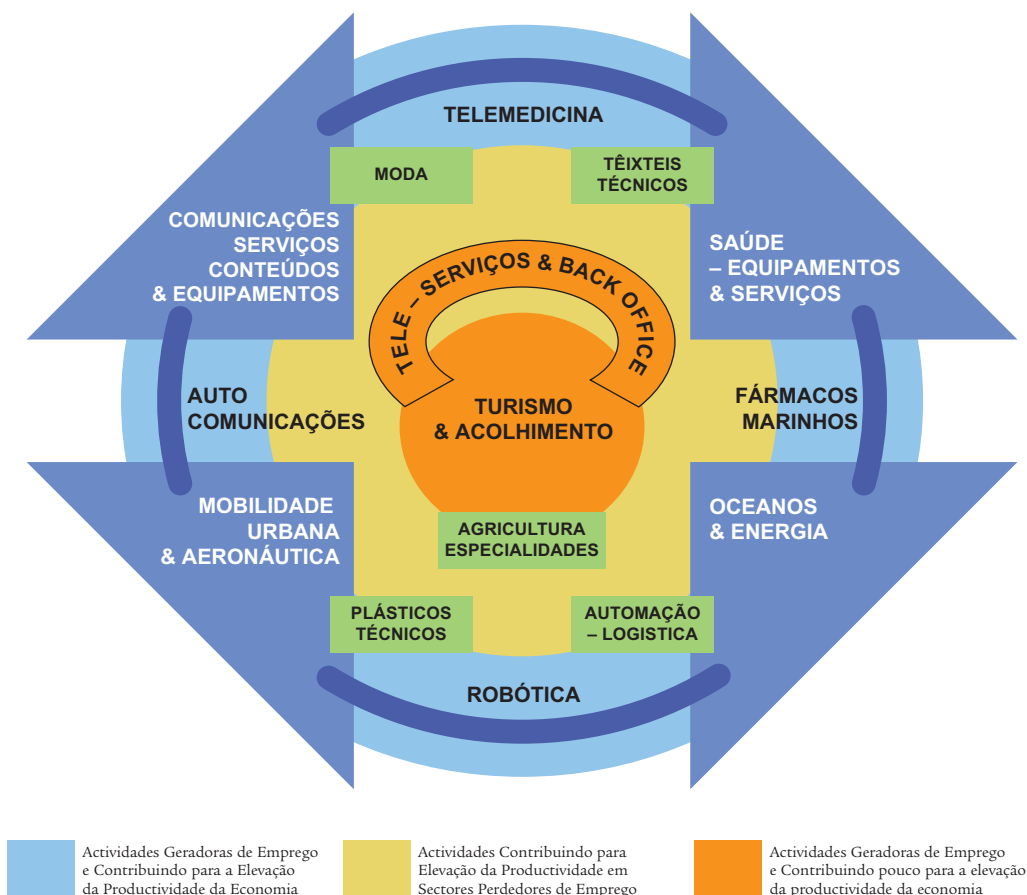


Figura II – Portugal 2015 – Uma nova “Carteira de Actividades Internacionalizadas”

Na Figura II faz-se uma sugestão do que poderia ser uma “carteira de actividades internacionalizadas” para Portugal em 2015, que permitisse um crescimento sustentado, uma menor intensidade energética do crescimento, a criação de empregos mais qualificados e a capacidade de reter e atrair quadros altamente qualificados e talentos.

Na Figura III ilustra-se o que poderia ser a visão territorial dessa “carteira de actividades”. Em ambos os casos estas Figuras destinam-se apenas a fornecer uma base de reflexão para a identificação de oportunidades nacionais e regionais.



Figura III – Portugal 2015 – Uma visão territorial possível de uma nova “Carteira de Actividades Internacionalizadas”

Tendo em conta as exigências referidas foram seleccionadas as Prioridades Estratégicas seguintes:

Prioridades Estratégicas	Vectores Estratégicos
III.2.1. Um novo impulso à inovação empresarial	<ol style="list-style-type: none"> 1. Incentivo ao reforço do investimento em I&D pelas empresas. 2. Incentivos à inovação e à dinamização de clusters ou Pólos de Competitividade, reforçando a ligação entre a investigação e a inovação empresarial. 3. Apoio à criação de empresas com potencial inovador.

<p>III.2.2. Uma economia, competitiva á escala global, orientada para actividades de futuro e criadora de emprego</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Atracção de investimento directo estrangeiro para uma nova “carteira de actividades” internacionalizadas. 2. Incentivos à internacionalização das empresas, em especial para mercados exigentes e em forte crescimento. 3. Amortecimento dos impactos do ajustamento estrutural.
<p>III.2.3. Uma sociedade e uma economia preparadas para tirar partido das tecnologias da informação e comunicação</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolvimento do sistema de comunicações centrado na generalização do uso da banda larga e da Internet. 2. Utilização mais intensa do ciberespaço como alavanca de competitividade e internacionalização das empresas. 3. Utilização das tecnologias de informação e comunicação para a melhoria da eficiência em serviços de grande impacto social. 4. Promoção de novos serviços e conteúdos, via Internet, incluindo os que são transversais a múltiplos sectores da sociedade. 5. Lançamento de iniciativas destinadas a reduzir os riscos de info-exclusão e a promover a integração social de cidadãos com necessidades especiais.
<p>III.2.4. Crescimento económico mais eficiente no uso da energia e dos recursos naturais e com menor impacto no ambiente, designadamente nas alterações climáticas</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Mobilidade mais sustentável contribuindo para redução das emissões de poluentes atmosféricos e do ruído, particularmente nos centros urbanos. 2. Maior utilização de fontes primárias de energia com menos impactos ambientais negativos, designadamente com menores emissões de gases com efeito de estufa e melhor aproveitamento de recursos energéticos endógenos”. 3. Melhoria da eficiência energética e de uso de recursos naturais nos sectores da energia, indústria, comércio e serviços, contribuindo para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa.

Segundo objectivo – Metas

- Triplicar o esforço privado em I&D empresarial (atingir 0,8% PIB em 2010).
- Aumentar o número de patentes requeridas ao European Patent Office (EPO) por milhão de habitantes (para 12 em 2010).
- Aumentar o nº de marcas comunitárias registadas por milhão de habitante (50 até 2010).
- Afectar pelo menos 20% do valor das contrapartidas das grandes compras públicas a projectos de I&D e inovação, e pelo menos 1% das dotações anuais da lei de programação militar para apoio ao envolvimento de centros de investigação e empresas nacionais em projectos de I&D quer de âmbito nacional quer de âmbito cooperativo internacional, designadamente no quadro da Agência Europeia de Defesa e da NATO.
- Realizar cerca de 260 acções de divulgação e apoiar cerca de 30 projectos de parceria, até 2008, no âmbito do fomento da cooperação empresarial.
- Aumentar o investimento em capital de risco em percentagem do PIB (0,15% até 2010).
- Aumentar a criação de empresas em sectores de alta e média alta tecnologia em % do total de empresas criadas no período (12,5% até 2010).
- Criação de cerca de 80 empresas inovadoras e/ou de base tecnológica, duas redes de “business angels” e o apoio a cerca de 50 empresas por parte dos “business angels”, até 2007, no âmbito do Programa MIVE (Mercado de Iniciativas de Valor Empresarial).

- Aumentar a exportação de produtos de alta tecnologia em % das exportações totais (11,4% até 2010).
- Aumentar o emprego nas indústrias de média e alta tecnologia em % do total do emprego (4,7% até 2010).
- Aumentar o emprego nos serviços de alta tecnologia em % do total do emprego (1,8% até 2010).
- Aumentar o peso do valor acrescentado dos sectores de média e alta tecnologia na indústria (6,2% até 2010).
- Aumentar o peso do valor acrescentado dos serviços de alta tecnologia (6% até 2010).
- Aumentar o número de empregos no âmbito das TIC (para 3% do total do emprego até 2010, representando cerca de 44.000 novos empregos).
- Aumentar a percentagem de trabalhadores que utilizam computadores ligados à Internet no emprego (pelo menos para 40% até 2010).
- Duplicar os utilizadores regulares da Internet (ultrapassando 60% da população até 2010).
- Triplicar o número de agregados familiares com acesso à Internet em banda larga (para mais de 50% até 2010).
- Aumentar a utilização de comércio electrónico de forma regular (para pelo menos 25% da população até 2010).
- Implementar um sistema de informação às empresas no âmbito do comércio, atingindo até 2006 cerca de 4000 empresas e até 2008 a totalidade de unidades comerciais.
- Reduzir o consumo final de energia em 1%/ano, relativamente à média dos últimos cinco anos (2001-2005).
- Atingir 39% da produção de electricidade, a partir de fontes de energia renovável (ondas, biomassa, biogás, hídrica, eólica, fotovoltaica) até 2010.
- Aumentar o consumo de biocombustíveis em percentagem do total de combustíveis utilizados nos transportes (atingir 5,75% em 2010).

III.3 Terceiro objectivo

Melhor ambiente e valorização do património

Neste objectivo são visados os seguintes domínios essenciais para o desenvolvimento sustentável, em particular na sua dimensão ambiental:

- Combater as alterações climáticas por emissões antropogénicas de gases com efeito de estufa, nomeadamente através da prioridade à promoção de medidas internas já definidas (preconizadas no Programa Nacional de Alterações Climáticas e a gestão do Comércio Europeu de Licenças de Emissão), de novas políticas e medidas internas a definir e do investimento em mecanismos de flexibilidade de Quioto (mecanismos de desenvolvimento limpo, implementação conjunta e comércio internacional de licenças de emissão). Dada a transversalidade do tema esta prioridade estratégica deve ser encarada como uma prioridade de diversos sectores de actividade, uma vez que a concretização dos objectivos de Quioto, e dos objectivos que venham a ser definidos internacionalmente após Quioto, depende fortemente de acções de redução e controlo nos sectores emissores como a produção e transformação de energia, os transportes, a indústria, a agricultura e florestas e os resíduos. Este desafio de descarbonificação da economia portuguesa deve ser encarado como uma oportunidade de desenvolvimento mais sustentável.
- Promover a gestão integrada da água no quadro das bacias hidrográficas, atendendo às interdependências das diferentes massas de água, interiores de superfície e subterrâneas, estuarinas e costeiras e às respectivas margens e áreas adjacentes, bem como às condições bio-geográficas naturais, às pressões e impactes das actividades humanas e das alterações climáticas. É objectivo a não deterioração do estado das massas de água e a sua protecção, valorização e recuperação para alcançar o bom estado das águas e dos ecossistemas aquáticos e dos ecossistemas terrestres associados, em particular das zonas húmidas e das zonas ripícolas. Com esse objectivo será promovido o ordenamento do território nas zonas envolventes das massas de água, particularmente das albufeiras de águas públicas e dos estuários e nas zonas de recarga dos principais sistemas aquíferos. Serão, também, implementados instrumentos económico-financeiros para reduzir as externalidades económicas e ambientais negativas e promover o uso eficiente da água, tendo em conta as condições económicas e ambientais regionais. Será promovida a investigação técnico-científica no domínio da água.
- Promover uma política integrada de ordenamento, planeamento e gestão da zona costeira, que vise assegurar quer a sua protecção, valorização e requalificação ambiental e paisagística quer o seu desenvolvimento económico e social, em articulação com a Estratégia Nacional para o Mar.
- Assegurar serviços de abastecimento de água potável e de drenagem e tratamento de águas residuais com elevado nível de qualidade à generalidade da população portuguesa, a preços acessíveis, discriminando positivamente o uso eficiente das águas e atendendo às condições geográficas e sócio-económicas das populações servidas.
- Promover uma gestão eficiente e sustentável das actividades com base nos Oceanos como factor de diferenciação de actividades, de prevenção de riscos e de construção de uma imagem internacional atractiva.
- Promover a conservação da biodiversidade e criação de uma rede de áreas protegidas no meio marinho.
- Promover uma política de protecção dos solos, designadamente no que se refere à erosão, empobrecimento em matéria orgânica, salinização, perda de biodiversidade, contaminação, compactação e impermeabilização.

- Promover políticas agrícolas e florestais que compatibilizem as actividades produtivas com as actividades de conservação da natureza, a utilização sustentável dos recursos naturais e a protecção da paisagem.
- Promover uma política de conservação da natureza e da biodiversidade que vise sustentar a redução e fragmentação dos habitats, a protecção de espécies ameaçadas e a valorização das paisagens, articulada com as políticas agrícola, florestal, de desenvolvimento urbano e económico e de obras públicas.
- Promover uma política de gestão de qualidade do ar que salvguarde a saúde pública, em particular nos centros urbanos e nas zonas com forte concentração industrial, e a qualidade dos ecossistemas naturais e das florestas.
- Promover uma política integrada de gestão dos resíduos, que fomente a redução na fonte e estimule a reutilização e reciclagem, bem como a sua valorização e deposição final em condições seguras assegurando uma actualização permanente das soluções adoptadas face aos progressos científico e tecnológico verificados neste sector.
- Promover uma política de gestão dos riscos naturais e tecnológicos, envolvendo as populações expostas aos riscos, visando mitigar os respectivos efeitos.
- Promover a educação e a sensibilização ambiental para assegurar a participação dos cidadãos nas políticas ambientais, designadamente, através da promoção do acesso à informação ambiental.
- Promover o acesso à justiça em matéria ambiental.

Principais riscos associados ao património

A situação geográfica, as características geológicas, as condições climáticas do País, hoje mais incertas e agravadas pelo contexto de alterações climáticas que vivemos, bem como as actividades socioeconómicas, podem gerar desastres naturais ou calamidades, susceptíveis de originar elevadas perdas de vidas e de bens e causar alterações gravosas para o ambiente e o património cultural. O princípio da precaução deverá ser devidamente tido em conta no futuro reforço da legislação nacional porque constitui uma abordagem fundamental na gestão do risco. Uma visão global dos principais riscos ambientais em Portugal, com causas naturais, antrópicas, ou combinadas, permite traçar o seguinte elenco:

O risco sísmico em Portugal é uma ameaça latente, ainda imprevisível, com repercussões potencialmente muito graves na parte SW do território, particularmente em Lisboa e Vale do Tejo, no Algarve e nos Açores. Na faixa litoral algarvia e no litoral ocidental a sul de Peniche, acrescenta-se o perigo de maremoto.

- As cheias no território de Portugal continental verificam-se sobretudo nas planícies aluviais dos principais rios do país (ex.: Tejo, Douro, Mondego, Sado e Guadiana), mas também em pequenas bacias hidrográficas, que estão sujeitas a cheias rápidas ou repentinas na sequência de precipitação muito intensa de curta duração, designadamente na região de Lisboa e Oeste, na Península de Setúbal e no Algarve, bem como das Regiões Autónomas (Funchal, Ribeira Brava e São Vicente, na Madeira, e os povoamentos localizados no fundo dos vales e nas fajãs, nos Açores). O Alentejo é também uma região susceptível à ocorrência de cheias rápidas. Os danos potenciais decorrentes das cheias nos grandes rios não são demasiado elevados e as actividades humanas desenvolvidas nas áreas susceptíveis a inundação estão, salvo raras excepções, razoavelmente adaptadas à ocorrência de cheias. As cheias rápidas são potencialmente mais perigosas, principalmente porque mais susceptíveis de ocorrerem em áreas densamente urbanizadas. As secas que se verificam sobretudo nas regiões com maior pressão sobre os recursos hídricos, designadamente no Algarve, Alentejo e no resto do país, em particular no interior.

- Os fenómenos de erosão na faixa costeira e de degradação das arribas são de gravidade significativa e têm fundamentalmente três causas: (i) a diminuição do afluxo de sedimentos, sobretudo a partir dos anos 1950, na sequência da construção de barragens; (ii) a ocupação desordenada da faixa litoral, com construção de habitações e infra-estruturas; (iii) a subida eustática do nível do mar em consequência da expansão térmica oceânica. Os troços de litoral submetidos a erosão marinha mais intensa no território continental correspondem às áreas de costa baixa arenosa (como os sistemas dunares e as zonas húmidas).
- A erosão hídrica do solo que se caracteriza pela remoção do material superficial do solo, conduzindo à degradação dos seus potenciais agrícola e ecológico. O Sul e o Centro do país são as zonas mais susceptíveis, devido principalmente à elevada erodibilidade dos solos, degradação do coberto vegetal e elevada erosividade da precipitação.
- A desertificação é um processo complexo de degradação ambiental que, uma vez iniciado, é difícil de reverter. As suas manifestações incluem o aumento do stress hídrico, a salinização dos solos, a erosão hídrica acelerada do solo, a perda de biodiversidade e a redução da produtividade agrícola. Mais de um terço de Portugal continental está em risco de desertificação (cerca de 35% do território susceptível a riscos de desertificação, já se observam problemas graves em 28%). As áreas mais susceptíveis à desertificação situam-se no Alentejo, particularmente na bacia do Guadiana, no litoral algarvio, no vale do Douro, em Trás-os-Montes e na zona da raia na Beira Baixa.
- Os incêndios florestais constituem o maior risco para as florestas portuguesas; as zonas mais susceptíveis ao risco de incêndio localizam-se a Norte do rio Tejo e na Serra Algarvia, em terrenos declivosos e onde predominam resinosas associadas a elevadas densidades de coberto vegetal.

Prioridades Estratégicas	Vectores Estratégicos
II.3.1. Combate às alterações climáticas	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolvimento das políticas e medidas preconizadas no programa nacional Alterações Climáticas. 2. Desenvolvimento de novas políticas e medidas, apostando numa descarbonização da economia portuguesa. 3. Investimento em mecanismos de flexibilidade do protocolo de Quioto.
III.3.2. Gestão integrada da água e seu aproveitamento eficiente	<ol style="list-style-type: none"> 1. Gestão integrada da água para alcançar o bom estado das massas de água e o uso eficiente da água aplicando, designadamente o Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água. 2. Dotar a generalidade da população com serviços de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais com elevado nível de qualidade. 3. Promover e implementar a estratégia de gestão integrada da zona costeira e promover o ordenamento das zonas envolventes de estuários e albufeiras.
III.3.3. Aproveitamento dos oceanos como factor de diferenciação e desenvolvimento	<ol style="list-style-type: none"> 1. Promoção do conhecimento científico dos oceanos e do seu aproveitamento económico. 2. Conservação da biodiversidade marinha e gestão sustentável das pescas. 3. Promoção da segurança marítima e prevenção de acidentes nos oceanos.

<p>III.3.4. Actividades agrícolas e florestais desenvolvidas em base sustentável, compatibilizadas com a conservação da natureza e a valorização da paisagem</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Protecção e conservação dos solos com maior potencialidade agrícola. 2. Incentivos à agricultura competitiva em termos sustentáveis. 3. Gestão sustentável dos recursos florestais e sua protecção adequada.
<p>III.3.5. Conservação da natureza e da biodiversidade articulada com as políticas sectoriais e de combate à desertificação</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Conservação e Valorização de Áreas Protegidas e da Rede Natura e da Paisagem Rural e Implementação do Plano Sectorial da Rede Natura. 2. Conservação de espécies florísticas e faunísticas ameaçadas ou particularmente características, e em particular no quadro da implementação da rede Natura2000. 3. Integração da conservação da natureza nas outras políticas, nomeadamente de desenvolvimento urbano, de obras públicas e de desenvolvimento rural. 4. Promoção do turismo para o desenvolvimento rural.
<p>III.3.6.gestão integrada do ar</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Limitar as emissões de poluentes para atmosfera de forma a garantir que a qualidade do ar é, pelo menos, boa de acordo com os parâmetros regulamentados.
<p>III.3.7. gestão integrada de resíduos</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Gestão integrada dos resíduos sólidos, designadamente dos resíduos urbanos, industriais e hospitalares, visando a redução, reutilização, reciclagem e valorização, bem como a sua eliminação de forma segura e eficaz, em particular, dos resíduos industriais perigosos.
<p>III.3.8. gestão dos riscos naturais e tecnológicos mobilizando a participação da população interessada</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Melhoria da capacidade de monitorização e prevenção dos riscos sísmicos e gestão dos seus efeitos, designadamente sobre o edificado. 2. Prevenção de impactos de outros riscos naturais e tecnológicos, designadamente cheias, secas e acidentes de poluição.
<p>III.3.9.educação, informação e justiça ambientais</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Promoção da educação ambiental e da sensibilização da população portuguesa para as temáticas do desenvolvimento sustentável, em particular para a conservação dos recursos naturais e da biodiversidade. 2. Desenvolvimento de mecanismos de acesso célere à informação e à justiça ambiental.

Terceiro objectivo – Metas

- Cumprir o estabelecido no Protocolo de Quioto, nos termos do Acordo de Partilha de Responsabilidades no âmbito da União Europeia (limitar a 27% o crescimento das emissões de GEE face ao registado em 1990 no período de cumprimento de 2008-2012).
- Utilização de instrumentos económico-financeiros, na vertente das alterações climáticas, previstos no PNAC, designadamente a implementação da taxação sobre o carbono (até 2008).
- Atingir em 2011 uma eficiência de utilização da água de 80% nos sistemas de abastecimento de água para consumo humano de consumo urbano, de 66% nos sistemas agrícolas e de 84% nos sistemas de abastecimento industrial.
- Garantir que a generalidade da população é servida por sistemas de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais com elevado nível de qualidade com preços acessíveis.
- Assegurar o cumprimento das normas de qualidade águas para consumo humano e implementar os planos de melhoria da qualidade das massas de água que se destinam à produção de água para consumo humano e dos sistemas de tratamento e distribuição de água.
- Promover a expansão da área dedicada à agricultura biológica, de forma a alcançar 10% da SAU em 2013.
- Aumentar os sistemas agro-florestais com elevado interesse ambiental - inclui produção integrada, lameiros, áreas sob-coberto montado (aumento em 30% da SAU até 2015).
- Promover o desenvolvimento sustentável da floresta portuguesa na perspectiva do uso múltiplo, privilegiando as actividades com maior valor acrescentado, tendo em atenção a conservação da natureza e da biodiversidade e a redução da vulnerabilidade a incêndios florestais (área média anual ardida inferior a 100 000 ha até 2012; eliminar incêndios com áreas superiores a 1000 há até 2012; reduzir a área média anual ardida para menos de 0,8% da superfície florestal até 2018; 500.000 ha de áreas com certificação de gestão florestal).
- Suster, até 2010, o declínio da biodiversidade: assegurar a compensação das espécies e dos habitats afectados.
- Aumentar até 2015 o valor do “Índice de Aves Comuns” relativamente ao valor de referência de 2004, garantindo o equilíbrio dos seus componentes por cada tipo de habitat.
- Assegurar que até 2010 todas as áreas protegidas e todos os sítios da Rede Natura 2000 tenham planos de ordenamento e gestão eficazes.
- Cumprir os valores-limite de emissão para a atmosfera, estipulados para os poluentes regulamentados (Directiva 2001/81/CE - Directiva comunitária dos Tectos de Emissão, NECD (em kt): NOx= 250, COV= 180, SO2=160; NO2=250; NH3= 90; Protocolo de Quioto: CH4= 468).
- Cumprir os valores-limite estipulados para os poluentes regulamentados, em termos da qualidade do ar ambiente em todo o território nacional e com especial incidência para os centros urbanos.
- Garantir a observância dos valores legislados para os limiares de informação à população relativos à concentração de ozono no ar ambiente, e dar cobertura nacional à monitorização de ozono no ar ambiente.
- Limitação de poluentes acidificantes e eutrofizantes, através da implementação do PTEN – Programa para os Tectos de Emissão Nacionais, de acordo com as metas previstas para 2010.
- Prevenir a produção de resíduos, atingindo as seguintes metas de redução: -225 000t de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU. vs crescimento previsto em 19951); - 12,1% em peso na produção de Resíduos Industriais, (RI vs 2001); - 20,7% em peso na produção de Resíduos Industriais Perigosos (RIP vs 2001).

1- Valor total previsto para 2005: 4490.000 t.

- Prosseguir uma abordagem por material, cumprindo as metas de reciclagem das directivas comunitárias para as seguintes tipologias de materiais (metais, plásticos, madeira, vidro, papel e cartão, etc.). Para os Resíduos Urbanos Biodegradáveis (RUB): limites de deposição em aterro: 75%, 50% e 35%, a alcançar faseadamente em 2006, 2009 e 2016, respectivamente.
- Implementar centros de logística inversa nas duas áreas metropolitanas, para recolha e encaminhamento de resíduos específicos de maior volume (automóveis, pneus, vidro, papel, plásticos, etc.).

III.4. Quarto objectivo

Mais equidade, igualdade de oportunidades e coesão social

Uma sociedade mais justa, saudável e com coesão social deve basear-se num forte sentido de iniciativa e de responsabilidade das pessoas e organizações, numa sociedade civil participativa, num Estado Social eficiente, justo e flexível funcionando com fortes parcerias com a sociedade civil. Este desafio exige, entre outros aspectos, que se tenha em devida atenção a igualdade de oportunidades, nomeadamente a igualdade de género e dos grupos sociais mais desfavorecidos, como instrumento de mobilidade social. Assim, os quatro pilares para uma sociedade com coesão social encontram-se nas pessoas individualmente consideradas, nas organizações/empresas, na sociedade como um todo e no papel do Estado. Para cada um destes pilares é necessário, no seu conjunto:

- Reforçar os meios de desenvolvimento, criando oportunidades efectivas para a formação de capital humano altamente qualificado e de mais elevada iniciativa, participação e responsabilidade individual.
- Estimular e reforçar o serviço público no domínio da cultura e das artes.
- Reforçar os meios de apoio e fortalecimento do capital social: cultura e ética social, associativismo e iniciativas grupais, confiança, solidariedade, consciência e desígnio colectivo.
- Reformar global e coerentemente o sistema geral de segurança e acção social e os sistemas sectoriais de prestações de serviços públicos, mantendo ou reforçando o seu carácter universal e a sua independência de lógicas de mercado na relação com os utilizadores, tendo em vista quatro objectivos:
 - que se instaure uma sociedade de igualdade de oportunidades e de estímulo ao mérito em todos os domínios fundamentais da vida.
 - que consolide a igualdade entre mulheres e homens enquanto eixo de modernidade e de desenvolvimento, promovendo a centralidade das políticas para a igualdade de género e a sua transversalidade em todas as áreas de governação.
 - que ninguém viva em níveis de pobreza ou exclusão inaceitáveis, numa sociedade humanista e solidária.
 - que a protecção social favoreça a adaptabilidade às novas realidades económicas e sociais, facilitando a conciliação entre a vida familiar e a vida profissional, promovendo a integração social e profissional dos públicos mais desfavorecidos.
- Promover uma sociedade em que o Bem-Estar e a Qualidade de Vida de todos orientem a oferta dos serviços públicos, valorizando as lógicas preventivas e reabilitadoras e os princípios da subsidiariedade e da discriminação positiva.
- Assegurar a inclusão digital, combatendo o risco de info-exclusão associado à rápida introdução das tecnologias da informação e da comunicação e à sua importância crescente económica e social.

No horizonte temporal de 2015, seis processos podem criar riscos específicos de ruptura da coesão social e devem merecer uma atenção prioritária:

- O envelhecimento da população, alterando dramaticamente os equilíbrios entre população activa e população dependente, exigindo respostas inovadoras de suporte à segunda, bem como de retardamento das dinâmicas agravadas de dependência (inclusive física e mental), de pobreza e de exclusão;

- A competição internacional com tudo o que envolve em termos de instabilidade de emprego, com particular significado para as faixas etárias mais elevadas da população activa, que se irão deparar com sérias dificuldades em se reinserirem no mercado de trabalho convencional;
- A exigência crescente de qualificações, aumentando o risco de exclusão social para quem não tiver a gama de competências-chave ao desenvolvimento pessoal e de cidadania, nomeadamente em tecnologias da informação e da comunicação, e não participar num processo de melhoria de conhecimentos e competências ao longo da sua vida activa (capital humano);
- O eventual enfraquecimento do capital social e cultural (ou, se preferir, da vitalidade ética e solidária da sociedade civil), apesar do aumento do capital humano de cada vez mais portugueses;
- As dificuldades financeiras dos sistemas públicos de protecção social;
- A persistência de elevados graus de desigualdades sociais, de pobreza e de exclusão social.

De acordo com os pilares enunciados, que devem suportar uma sociedade com coesão social, e tendo presentes os riscos específicos salientados, consideram-se Prioridades Estratégicas para atingir o objectivo global fixado as seguintes:

Prioridades Estratégicas	Vectores Estratégicos
III.4.1. Equidade, melhor prestação e sustentabilidade financeira dos sistemas de protecção social	<ol style="list-style-type: none"> 1. Reforço da sustentabilidade do regime geral de segurança social. 2. Promoção da equidade e da convergência dos regimes de protecção social. 3. Reforço da interligação entre o sistema de protecção social e as políticas activas do mercado de trabalho. 4. Combate à pobreza e salvaguarda da coesão social e intergeracional.
III.4.2. Reforço da prevenção e reabilitação orientadas para ganhos em saúde	<ol style="list-style-type: none"> 1. Reestruturação dos cuidados primários de saúde e promoção da saúde pública. 2. Racionalização e segurança da rede hospitalar. 3. Desenvolvimento de uma rede articulada de cuidados continuados.
III.4.3. Dinâmica de emprego que promova a qualidade de vida no trabalho e a integração social	<ol style="list-style-type: none"> 1. Prevenção e Combate ao Desemprego Reforço da empregabilidade e facilitação da transição para a vida activa. 2. Desenvolvimento de políticas activas de emprego, nomeadamente, as destinadas a grupos sociais com problemas específicos. 3. Reforço do papel da economia social na óptica da criação de riqueza e de emprego. 4. Melhoria das condições de trabalho, nomeadamente de saúde e de segurança no exercício da actividade. 5. Reforma das relações de trabalho, num quadro de diálogo social e de reforço do trabalho em parceria e combate ao trabalho não declarado.

<p>III.4.4. Sociedade inclusiva que promova redes de solidariedade e comunidades dinâmicas</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Políticas inclusivas para pessoas com deficiência, grupos de risco ou desfavorecidos. 2. Comunidades mais amigáveis para a população idosa e envelhecimento activo 3. Inserção dos imigrantes no processo de desenvolvimento do País
--	---

Quarto objectivo – Metas

- Reduzir os níveis de pobreza nos grupos mais vulneráveis concentrando os recursos em quem mais precisa (Assegurar, até 2009, um complemento solidário a 300 mil idosos mais carenciados).
- Taxa de mortalidade infantil – 3 por 1000 nados-vivos, em 2010.
- Taxa de mortalidade padronizada por Doença Isquémica Cardíaca antes do 65 anos – 11 por 100 000 habitantes em 2010.
- Taxa de mortalidade padronizada por Acidente Vascular Cerebral antes dos 65 anos – 12 por 100 000 habitantes em 2010.
- Taxa de mortalidade padronizada por Cancro da Mama antes dos 65 anos – 10 por 100 000 mulheres, em 2010.
- Taxa de mortalidade padronizada por Cancro do Colo do Útero antes dos 65 anos – 2 por 100 000 mulheres, em 2010.
- Taxa de mortalidade por Cancro do Cólon e Recto antes dos 65 anos – 6 por 100 000 habitantes, em 2010.
- Taxa de mortalidade padronizada por SIDA antes dos 65 anos – 7 por 100 000 habitantes, em 2010.
- Taxa de mortalidade padronizada por Suicídio antes dos 65 anos – 2,5 por 100 000 habitantes, em 2010.
- Número de mortes por acidentes de viação / ano – 1100, em 2010.
- Número médicos por mil habitantes :3,5 até 2010.
- Número de camas de unidade de cuidados paliativos : 618 até 2010.
- Número de camas de hospital de agudos por mil habitantes: 2,89 camas de estabelecimentos de cuidados agudos por mil habitantes até 2010.
- Número de camas de unidades de convalescença (internamento até 30 dias): 1855 até 2010.
- Número de camas de unidade de média duração (internamento >30 dias e <90 dias): 2061 até 2010.
- Número de camas de unidade de longa duração (internamento >90 dias): 5152 até 2010.
- Promover a generalização de Estilos de Vida Saudáveis na sociedade portuguesa, duplicando, até 2010, as taxas de actividade física (reduzir, até 2010, para metade, em ambos os sexos, o número de indivíduos que passou a maior parte do tempo livre em actividades sedentárias) e reduzindo, para metade, em ambos os sexos, a % da população dos 25-64 anos que consome álcool várias vezes por semana e tabaco (grupo etário 15-24 e 25-44 – reduzir para metade, 45-64 reduzir para 17% nos homens e 3% nas mulheres, 65-74 reduzir para 11% nos homens e 0,5% nas mulheres).
- Esperança de vida à nascença – 81 anos em 2010.
- Reduzir, até 2010, o número de indivíduos vitimados por incapacidade de longa duração de grau 1, para 27 % na faixa etária dos 45-64 anos, para 39 %, na faixa etária dos 65-74 anos e para 55% na faixa etária 75-84 anos.

- Manter a despesa pública em saúde na ordem dos 7% do PIB até 2010.
- Pedidos de primeiras consultas de especialidade entre instituições de saúde por via electrónica: 95% até 2010.
- Marcação de consultas e meios auxiliares de diagnóstico e terapêutica por via electrónica: 80% até 2010.
- Prescrição de medicamentos e meios auxiliares de diagnóstico e terapêutica por via electrónica: 90% até 2010.
- Manter a taxa de emprego dos trabalhadores de 55 a 64 anos para um valor acima dos 50% em 2010.
- Aumentar a taxa de emprego das mulheres de 61.7% em 2004 para 63% em 2008.
- Garantir a participação dos DLD numa medida activa sob a forma de formação, reconversão, experiência profissional, emprego ou outra medida que promova a empregabilidade (Abranger pelo menos 25% dos DLD, até 2010).
- Desenvolver uma nova geração de programas específicos de emprego, dirigidos a grupos-alvo nos próximos três anos (2006-2008). (Abranger 135.000 jovens menores de 23 anos; 115.000 jovens entre os 23 anos e os 30 anos; 265.000 desempregados entre os 30 e os 54 anos; 90.000 desempregados com 55 ou mais anos; 108.000 desempregados com qualificação superior; 153.000 pessoas em situação de desfavorecimento; 46.000 pessoas com deficiência; 38.500 desempregados imigrantes).

III.5. Quinto objectivo

Melhor conectividade internacional do país e valorização equilibrada do território

Para prosseguir este objectivo serão mobilizados os diversos instrumentos de planeamento com impacto directo no território, aproveitando e valorizando os diferentes recursos naturais e as diversas potencialidades e actividades locais e regionais, de modo a favorecer um modelo de desenvolvimento mais sustentável no plano económico e social e mais coerente e equilibrado em termos ambientais e territoriais.

Para concretizar estas orientações será fundamental:

- Reduzir o impacto da condição periférica de Portugal no contexto europeu, melhorando ou criando infra-estruturas de acesso às redes de comunicação e transportes mundiais e reforçando, assim, as condições de competitividade nacional e regional.
- Consolidar e valorizar o papel das cidades como motores fundamentais de desenvolvimento e internacionalização, tornando-as mais atractivas e sustentáveis, e reforçando o papel do sistema urbano nacional como dinamizador do progresso do conjunto do território, incluindo o das áreas rurais e de mais baixa densidade.

Partindo da visão esboçada na figura IV apresenta-se em seguida uma perspectiva da organização do território de Portugal Continental e da sua evolução futura no quadro e horizonte temporal da ENDS. Esta análise cinge-se ao Continente. Mas importa frisar que as Regiões Autónomas dos Açores e Madeira constituem os outros dois vértices fundamentais do triângulo atlântico que Portugal corporiza e cuja grande valia estratégica permite gerir mais facilmente quer o posicionamento periférico do país no continente europeu quer as relações ibéricas, marcadas por uma forte desproporção de “massas” territoriais e populacionais. Assim, as prioridades e os vectores estratégicos para realização do quinto Objectivo da ENDS, que se enunciam no final deste ponto III.5, referem-se naturalmente ao conjunto do País.

Uma visão de organização do território de Portugal Continental no horizonte 2015

Partindo da visão esboçada na figura V, destacam-se alguns dos aspectos mais relevantes da actual organização territorial de Portugal Continental e das orientações estratégicas a assumir perante a sua evolução no horizonte temporal da ENDS - 2015.

Consolidar e projectar internacionalmente as grandes centralidades metropolitanas de Lisboa e do Porto

- Importa reafirmar o papel decisivo e complementar das áreas metropolitanas (capitais) de Lisboa e do Porto na organização territorial e na projecção internacional de Portugal: os vinte e sete concelhos da Grande Lisboa, da Península de Setúbal e do Grande Porto que integram essas áreas capitais ocupam apenas 4,2% da área do continente mas acolhem mais de 40% da população total e cerca de dois terços dos residentes em áreas urbanas; a forte posição relativa dessas áreas metropolitanas, assim aferida em termos populacionais, é ainda aumentada quando se consideram indicadores da sua importância económica, institucional e cultural e na afirmação internacional de Portugal; finalmente, estas duas grandes concentrações urbanas exercem poderosos efeitos de polarização e de difusão sobre os restantes espaços, de modo mais intenso no interior dos arcos metropolitanos respectivos mas propagando-se a todo o território do Continente.
- A região (arco metropolitano) sob influência mais directa da área metropolitana de Lisboa abrange um amplo território que se estende até Leiria, a norte, e a Sines, a sul, e penetra, a leste, no Ribatejo e no Alentejo Central. Nesse território reside cerca de metade da população urbana portuguesa e localiza-se uma parcela maioritária dos segmentos mais avançados do capital institucional e humano do país, o que lhe permite assumir um papel destacado na projecção internacional de Portugal e como massa crítica indutora do seu crescimento económico e desenvolvimento tecnológico. Os recursos e as actividades dessa região estão muito concentrados no núcleo envolvente da capital, devendo promover-se o desenvolvimento de outras centralidades urbanas, contribuindo assim para um maior policentrismo e um menor congestionamento do seu modelo de desenvolvimento urbano e para contrariar as tendências de crescimento espacialmente extensivo a partir daquele núcleo.
- Também no espaço do arco metropolitano do Porto interessa promover o policentrismo como factor organizador do território, embora por razões diferentes das invocadas para Lisboa. A ocupação do território é ali muito marcada pela urbanização espacialmente difusa, que teve efeitos perversos no ordenamento do território, na qualidade do ambiente e na eficiência das actividades produtivas e que, por isso, interessa corrigir de modo progressivo em favor de um tecido urbano mais compacto. A área do Grande Porto deverá assumir um papel destacado no upgrading das funções regionais do Noroeste, nomeadamente na vertente exportadora, partilhando-o com as cidades e os sistemas urbanos já consolidados no Minho. Além disso, deverá promover-se uma extensão desta dinâmica para o interior, nomeadamente no Tâmega.

Desenvolver os sistemas de transportes, de acessibilidades e de suporte à conectividade internacional de Portugal

- Na Figura V assinalam-se os elementos nucleares do sistema aeroportuário e portuário, a projectada rede ferroviária de alta velocidade e os grandes corredores viários terrestres de acesso a Espanha e ao interior do continente europeu. A melhoria destes sistemas constitui um factor fundamental para reforçar a conectividade internacional de Portugal e, assim, favorecer a sua competitividade à escala ibérica, europeia e global.
- Assumem especial importância no horizonte temporal da ENDS a construção do novo Aeroporto Internacional de Lisboa, a consolidação do papel estratégico do Aeroporto Sá Carneiro no Noroeste e de Faro, no Sul, a criação de um corredor multimodal para mercadorias, que ligue o sistema portuário de Lisboa/Setúbal/Sines a Espanha e ao centro da Europa e o desenvolvimento da rede ferroviária de alta velocidade.

- Assume, também, importância crescente assegurar uma boa conectividade digital internacional, em particular aos países da União Europeia, da América do Norte e do Sul e da Ásia.

Promover o policentrismo urbano e a coesão territorial

- A observação da figura V permite também evidenciar a estreita articulação da estrutura do sistema urbano com a das redes de transportes e acessibilidades, articulação essa que constitui um dos factores chave do desenvolvimento e da coesão territorial do país.
- O reforço do policentrismo, já referido como factor ordenador da complementaridade e da organização interna dos espaços dos dois grandes arcos metropolitanos de Lisboa e do Porto, deve ser igualmente um princípio orientador do ordenamento do conjunto da estrutura urbana e do sistema de acessibilidades do Continente.
- Neste sentido, importará: primeiro, reforçar a rede de cidades do Centro Litoral e as suas funções de charneira entre aqueles dois grandes espaços metropolitanos e de indução do desenvolvimento do interior; segundo, requalificar e valorizar o sistema urbano algarvio como factor de competitividade das actividades turísticas e de diversificação para serviços de acolhimento e para actividades mais intensivas em conhecimento; e, terceiro, integrar na estrutura e dinâmica urbanas nacionais o desenvolvimento de centralidades e de sistemas urbanos do interior, através da consolidação e promoção de redes de suporte à comunicação e cooperação entre cidades não só no sentido transversal (litoral-interior) mas também no sentido interior-interior, como se assinala na Figura V, nomeadamente com o realce dado aos dois Eixos Interiores longitudinais.
- Em contraponto à grande concentração de população e de recursos nos espaços litorais urbanizados, os territórios de baixa densidade, mais interiores e rurais, representam mais de 60 % da superfície do continente mas são o espaço residencial e de vida quotidiana de menos de um quarto da sua população e de pouco mais de 10% dos habitantes em centros urbanos. Integrar plenamente estes territórios na dinâmica de desenvolvimento sustentável do país, como parceiros activos e não apenas como territórios que justificam apoios específicos e prioritários, constitui também um desafio e um objectivo central da ENDS.
- A opção por uma perspectiva integrada de desenvolvimento urbano-rural, a assumir por todas as políticas, com o ordenamento do território e o desenvolvimento rural naturalmente em primeira linha, representa assim uma dimensão adicional do policentrismo e da coesão territorial a promover no quadro da implementação da ENDS.
- Desempenhando as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) um papel crítico no desenvolvimento das regiões, é fundamental assegurar uma boa conectividade digital da malha policêntrica referida e promover o enraizamento local das competências em TIC. Tal permitirá contrariar as tendências centralizadoras e estimular a organização policêntrica do território.

Tendo em conta estas orientações consideraram-se como Prioridades e Vectores Estratégicos:

Prioridades Estratégicas	Vectores Estratégicos
III.5.1. Melhor conectividade internacional do país	<ol style="list-style-type: none"> 1. Constituição de uma plataforma aeroportuária e portuária de valia europeia e conectividade global. 2. Integração dos portos portugueses na rede europeia de auto estradas do mar. 3. Melhoria das acessibilidades rodoviárias, ferroviárias e de comunicações a Espanha, em particular às suas regiões mais dinâmicas. 4. Construção de uma rede de plataformas logísticas para o transporte e distribuição internacional e doméstico de mercadorias.

<p>III.5.2 Acessibilidades que contribuam para a coesão territorial e para um modelo territorial mais policêntrico</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estruturação do eixo norte – sul na vertente ferroviária em condições de competitividade e em complementaridade com outros meios de transporte. 2. Acessibilidades regionais estruturantes da consolidação de um modelo territorial mais policêntrico.
<p>III.5.3. Cidades atractivas, acessíveis e sustentáveis</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Incentivos ao desenvolvimento de cidades sustentáveis, requalificadas e com memória. 2. Parcerias entre cidades para a atractividade e diferenciação. 3. Condições regulamentares e financeiras favoráveis a um urbanismo com acessibilidades e mobilidade sustentáveis. 4. Melhor integração cidades – região.
<p>III.5.4. Apoios reforçados a regiões com mais graves défices de desenvolvimento</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Programas integrados de incentivos para regiões com graves problemas de reconversão face aos desafios da globalização e da reestruturação produtiva. 2. Implementação de uma estratégia de desenvolvimento rural.

Quinto objectivo – Metas

- Conclusão da rede rodoviária fundamental (IPs) até 2010 (exceptuam-se os novos traçados do IP3 e do IP4, em estudo).
- Aumento da quota de mercado da ferrovia para 26% em 2009, tendo em conta a implementação de uma rede ferroviária de alta velocidade.
- Apoiar a constituição até 2013 de 12 redes de cooperação entre cidades vizinhas para promoção da competitividade territorial e da inovação.
- Apoiar a criação entre 2005-2010 de 10 redes temáticas para valorização de património e recursos comuns.
- Incentivar programas de revitalização urbana que criem espaços de elevada qualidade urbanística e ambiental e promover parcerias para a reabilitação urbana, envolvendo a reabilitação de 20 mil fogos até 2009.
- Promover 30 Contratos de Aglomeração até 2013.
- Crescimento de 2%/ano do VAB/UTA.
- Crescimento do PIB per capita das zonas rurais igual ou superior ao do restante território nacional.
- Inverter, em termos reais, a tendência de decréscimo do VAB da agricultura, pecuária, caça e silvicultura.

III.6. Sexto objectivo

Papel activo de Portugal na construção europeia e na cooperação internacional

A cooperação para o desenvolvimento constitui um vector essencial da política externa do país e a afirmação de Portugal como protagonista activo no cenário internacional passará pela capacidade de aprofundar o binómio identidade nacional/pertença internacional, capitalizando as suas mais valias e especificidades, através das seguintes referências enquadradoras:

- Afirmação da língua portuguesa como instrumento aglutinador e gerador de consenso a uma escala global.
- Promoção da cultura portuguesa como factor de mais valia nacional.
- Reforço das relações privilegiadas com os PALOP e Timor-Leste com a finalidade de atribuir uma cooperação para o desenvolvimento contribuindo para a paz e a segurança internacional, prevenção dos conflitos, redução da pobreza e inserção destes países na economia global.
- Reforço da posição da CPLP no quadro das organizações regionais e multilaterais, designadamente através de iniciativas em prol da cooperação Norte-Sul e Sul-Sul.
- Maior participação de Portugal no comércio e investimentos globais, nomeadamente através do reforço das relações com as regiões mais dinâmicas e inovadoras da economia mundial, localizadas nos EUA e na Ásia.
- Ampliação do papel construtivo das comunidades portuguesas, incluindo domínios da ciência e tecnologia, valorizando a imagem de Portugal e dos respectivos produtos junto dos países de acolhimento.
- Aposta no envolvimento da população e das instituições nacionais na construção europeia.

São Prioridades e Vectores Estratégicos para atingir estes Objectivos:

Prioridades Estratégicas	Vectores Estratégicos
<p>III.6.1. Fortalecimento da posição de Portugal no contexto da cooperação para o desenvolvimento internacional</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Participação activa nos centros de decisão da vida e das instituições mundiais. 2. Dinamização de redes e pólos de liderança portuguesa em temáticas de relevância internacional como a das migrações ou dos Estados frágeis. 3. Disseminação e utilização do acesso a fundos de instituições e organizações financeiras internacionais. 4. Implementação de uma abordagem bi-multi da cooperação portuguesa. 5. Utilização dos mecanismos previstos no protocolo de Quito para reforçar as relações de cooperação bilateral. 6. Dinamização de parcerias nacionais e internacionais público-privadas e de espaços de diálogo reconhecidos e institucionalizados entre o Estado e a sociedade civil portuguesa.

<p>III.6.2. Estruturação de uma rede de relações privilegiadas com a Europa</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Reforço dos laços com regiões europeias mais prósperas, inovadoras e sustentáveis. 2. Desenvolvimento de condições políticas e financeiras adequadas para a modernização e afirmação de Portugal. 3. Participação eficaz e consistente na construção da Política Europeia de Segurança e Defesa e da Política Marítima Europeia.
<p>III.6.3. Reforço das relações com outras regiões inovadoras e dinâmicas do mundo</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Reforço das relações económicas, científicas, tecnológicas e culturais com as regiões mais dinâmicas e inovadoras da América do Norte e da Ásia. 2. Reforço do apoio institucional à internacionalização das empresas portuguesas, consolidando estratégias de diplomacia económica. 3. Dinamização de espaços de diálogo político e investimento económico privilegiado com os países e organizações regionais da América Latina. 4. Reforço da presença de empresas portuguesas nos países do Norte de África
<p>III.6.4. Fortalecimento dos laços entre os estados de língua portuguesa e reforço da sua intervenção internacional</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Internacionalização da língua portuguesa como língua estrangeira estratégica no contexto da globalização. 2. Aprofundamento dos laços culturais, políticos e económicos com os Estados Membros da CPLP e com as organizações regionais em que estes se inserem.
<p>III.6.5. Valorização das comunidades portuguesas</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Melhoria de atendimento, centrado nos utentes, numa filosofia de balcão único. 2. Simplificação, desburocratização e desmaterialização de processos e documentos, reduzindo custos, tempo e espaço físico. 3. Reforço dos mecanismos de segurança, nomeadamente dos meios electrónicos.

Sexto objectivo – Metas

- Atingir, até 2015, o objectivo proposto pela ONU de dedicar 0,7% do PIB em Ajuda Pública ao Desenvolvimento.
- Atingir até 2010, o objectivo proposto em sede da união europeia, o valor de 0,51% do RNB em Ajuda Pública ao Desenvolvimento.
- Criar em 2006, uma Sociedade Financeira para o Desenvolvimento.
- Contribuir até 2015 para a concretização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.
- Garantir que 60% da opinião pública portuguesa é conhecedora das temáticas internacionais da cooperação para o desenvolvimento.
- Ingresso de cidadãos portugueses em organismos e instituições internacionais.
- Assegurar que 2500 jovens portugueses têm conhecimentos técnicos da cooperação portuguesa e dos países com os quais cooperamos.

III.7. Sétimo objectivo

Uma administração pública mais eficiente e modernizada

A sustentabilidade do desenvolvimento passa por uma Administração Pública:

- que contribua para um Estado mais forte e eficiente que prossiga os interesses gerais, que seja menos produtor directo, mais regulador e mais fiscalizador, que garanta a satisfação das necessidades públicas essenciais e promova a liberdade de escolha dos cidadãos;
- com uma componente directamente ligada ao processo de governação, mais estratégica, ou seja, mais virada para apoiar o desenvolvimento do País, respondendo a novas solicitações e exigências, com centros de informação e reflexão estratégica sobre o desenvolvimento sustentável e a economia global, capaz de suportar a definição de estratégias nacionais, políticas públicas e o desenvolvimento de redes de cooperação público privado;
- capaz de ultrapassar um funcionamento muito fragmentado e centrado na visão sectorializada, para um funcionamento em rede, privilegiando a cooperação, as parcerias e a participação, nomeadamente dos actores sócio-económicos e dos cidadãos em geral, que garanta resposta à necessidade de definir e implementar políticas cada vez mais transversais e integradoras de múltiplas valências e responsabilidades;
- com menor peso na economia, sendo capaz de concentrar a sua acção em prioridades, garantindo uma maior pertinência da acção pública, uma melhor regulação e uma melhor governação pelo reforço da coordenação, bem como uma melhor execução de políticas e uma mais exigente avaliação dos seus impactos, o que depende, para além de uma gestão criteriosa, do valor da economia;
- capaz de fomentar o estabelecimento de um ambiente de investimento favorável e de garantir a regulação e a concorrência leal em todos os sectores de actividade, directamente ligado à qualidade de governança, nomeadamente através da melhoria da eficácia do Estado, do cumprimento da lei, da responsabilização, da desburocratização e simplificação dos procedimentos administrativos, da integração de boas-práticas ambientais e combate à corrupção;
- com sectores de provisão de bens e serviços públicos, designadamente um sistema de justiça mais ágil e moderno, contribuindo positivamente para o reforço da confiança e para a regulação económica e social, e sistemas de educação, saúde e segurança mais eficientes e com maior qualidade;
- mais orientada para a prossecução de objectivos e para a avaliação por resultados e com regimes jurídicos de trabalho aproximados aos regimes gerais;
- mais flexível, nas suas estruturas e processos e, conseqüentemente, mais apta às adaptações decorrentes de alterações de política decorrentes, nomeadamente, de respostas a novos desafios e problemas por adopção de novos modelos organizacionais e reengenharia de processos com uso mais intensivo e adequado das tecnologias de informação e comunicação;
- mais eficaz e eficiente, através da desburocratização de intervenções, da modernização, simplificação e desmaterialização de processos, por um maior e melhor uso das potencialidades tecnológicas, da rentabilização dos recursos disponíveis, com melhor gestão, maior organização e maior responsabilização;
- mais transparente e valorizada pelos cidadãos e agentes económicos, em função da reconhecida pertinência e qualidade da sua acção, colocadas exclusivamente ao serviço do bem comum, e

garantidas por uma maior responsabilização, avaliação e competência de gestão e técnica dos seus colaboradores e actuando em rede e parceria com os diferentes actores da sociedade civil, reforçando a participação e a cidadania activa, admitindo a capacidade de agenciação dos cidadãos e das instituições privadas, através da criação de opções propiciadoras de escolhas e de uma maior intervenção nos processos de trabalho, onde caiba o auto-serviço;

- mais competente e motivada, privilegiando a capacidade de gestão, as competências técnicas especializadas e as competências transversais como de trabalho em equipa, em rede e em parceria;
- que use de forma efectiva e com qualidade as TIC, estimulando a abertura de um ambiente escolar, modernizando a AP, estimulando o tele-trabalho e a telemedicina, informatizando os processos clínicos e marcação de consultas, distribuindo informação de interesse público generalizado e promovendo a integração de cidadãos com necessidades especiais na sociedade da informação.

Tendo em conta as orientações estratégicas atrás referidas, foram seleccionadas as seguintes Prioridades e Vectores Estratégicos:

Prioridades Estratégicas	Vectores Estratégicos
III.7.1. Domínio de informação e reflexão estratégica	<ol style="list-style-type: none"> 1. Reforço da produção e à disseminação de informação de natureza estratégica. 2. Reforço dos mecanismos de apoio à formulação e avaliação de políticas públicas.
III.7.2. Reestruturação da administração	<ol style="list-style-type: none"> 1. Adequação e racionalização de estruturas sobretudo ao nível da administração central. 2. Melhoria e reforço da qualidade da regulação 3. Reforço da coordenação, sobretudo a nível regional e dos serviços desconcentrados.
III.7.3. Reforma dos regimes da função pública	<ol style="list-style-type: none"> 1. Vínculos, admissões e mobilidade. 2. Avaliação de desempenho, regime de carreiras e sistema retributivo.
III.7.4. Modernização dos sistemas e processos, com uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Melhoria de atendimento, centrado nos utentes, numa filosofia de balcão único. 2. Simplificação, desburocratização e desmaterialização de processos e documentos, reduzindo custos, tempo e espaço físico. 3. Reforço dos mecanismos de segurança, nomeadamente dos meios electrónicos.
III.7.5. Qualificação e valorização do serviço público	<ol style="list-style-type: none"> 1. Reforço das competências de gestão pública, tendo em conta as especificidades sectoriais. 2. Reforço de competências técnicas específicas de acordo com as prioridades estratégicas nacionais, nomeadamente de regulação e tecnológicas. 3. Reforço dos mecanismos de avaliação, autonomia e de disseminação de boas práticas.

